CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Carolina de Oliveira

A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA O ORIENTE MÉDIO ANTES E APÓS O 11 DE SETEMBRO DE 2001

Santa Cruz do Sul
2012

Carolina de Oliveira

A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA O ORIENTE MÉDIO ANTES E APÓS O 11 DE SETEMBRO DE 2001

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Mariana Dalalana Corbellini.

Santa Cruz do Sul

2012

Aos meus grandes amores, Gabriel, Iria e César.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que possibilitou a minha chegada até aqui com saúde e coragem. Aos meus pais, Gabriel e Iria, meus amores maiores e os grandes responsáveis pela realização deste sonho, que acreditaram em minha capacidade e disciplina e sempre atenderam às minhas solicitações de ajuda em todos os momentos que precisei. À minha orientadora, Mariana Dalalana Corbellini, que sempre esteve disposta em dividir todo o seu conhecimento e sabedoria para a realização deste trabalho. Ao meu eterno amor, César, que com muita paciência e compreensão, sacrificou muitos de nossos finais de semana para que eu pudesse cumprir todos os prazos e chegasse ao final desta etapa. A todos os professores do curso de Relações Internacionais da UNISC que contribuíram com todo o seu conhecimento para que eu pudesse desenvolver este trabalho. E a todos os meus amigos que souberam me compreender e me proporcionaram alguns momentos de descontração fundamentais para que este trabalho se concretizasse.

"A sabedoria não nos é dada. É preciso descobri-la por nós mesmos, depois de uma viagem que ninguém nos pode poupar ou fazer por nós."

Marcel Proust

RESUMO

Este trabalho aborda o desenvolvimento da política externa norte-americana para a região do Oriente Médio antes e após os atentados do dia 11 de setembro de 2001. Pode-se definir política externa como um programa criado pelas autoridades governamentais cujo objetivo é atingir determinado resultado frente a outros Estados. Entender como uma política externa é formulada envolve o conhecimento da história do Estado estudado e também os diversos acontecimentos que movem a atuação dos atores internacionais. O tipo de política empregada torna-se relevante e necessário para que haja uma constante adaptação a essas mudanças e que atenda aos diversos interesses. Pode-se explicar a atuação externa de um Estado através do realismo ofensivo que explica que como não existe uma organização supranacional que regule essa atuação, a chave para a sobrevivência é o poder. Além disso, o comportamento agressivo de um Estado pode ser justificado por essa busca do poder. O objetivo deste trabalho foi o de identificar as mudanças na política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio, especialmente para o Afeganistão e para o Iraque, a partir do início da Guerra Fria até a primeira década após os atentados do 11 de setembro de 2001, em termos securitários e econômicos. Buscou-se também identificar as formas de intervenção dos EUA no Oriente Médio, seus interesses econômicos e maiores aliados nesta região. Por fim, identificar as mudanças na segurança nacional dos Estados Unidos após os atentados do 11 de setembro. Utilizou-se o método analítico qualitativo, partindo da compreensão e evolução histórica da política externa dos EUA para o Oriente Médio, além de estabelecer a relação com os atentados como um acontecimento motivador de sua mudança e/ou evolução. Os interesses norte-americanos no Oriente Médio existem desde a Guerra Fria, representando os maiores esforços do país para conter o avanço da União Soviética. Tais interesses vão desde o acesso às abundantes reservas de petróleo do Golfo, até a defesa do Estado de Israel, a resolução do conflito árabe-israelense e a manutenção de uma situação favorável ao Estado norte-americano com o apoio de Estados árabes. A estratégia política norte-americana voltada para a região constitui-se em uma questão vital da manutenção de um *status quo* político e econômico que permita a exploração e a comercialização a preços acessíveis do petróleo. Os atentados de 11 de setembro de 2001 modificaram o foco da política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio e culminaram com guerras e crises políticas. As intervenções norte-americanas no Oriente Médio após os atentados podem ser justificadas, dessa forma, para manter a posição de maior potência mundial e preservar a segurança do país dominando as reservas de petróleo, pois caso outra nação fosse capaz de dominá-las, conseguiria fazer frente à hegemonia norte-americana, ameaçando abalar a posição de maior potência mundial e a mais desejada no cenário internacional.

Palavras-chave: Política externa norte-americana; 11 de setembro; Realismo ofensivo; Oriente Médio

ABSTRACT

This work examines the development of North-American foreign policy for the Middle East before and after the attacks of September 11th 2001. Foreign policy can be defined as a program created by government authorities whose goal is to achieve a certain result with other states. Understanding how foreign policy is formulated involves knowledge of the history of state that is studied and also the various events that move the action of international actors. Type of policy used is relevant and necessary in order to have a constant adaptation to these changes and to deal with their interests. The actions of a state can be explained through offensive realism that shows that since there is not a supranational organization which governs these actions, the key to survival is power. Moreover, the aggressive behavior of a state can be justified by the pursuit of power. The objectives of this study were to identify changes in USA foreign policy for the Middle East, particularly in Afghanistan and Iraq, from the beginning of the Cold War until the first decade after the attacks of September 11th 2001 in security and economic terms. It also sought to identify the ways of USA intervention in Middle East, its economic interests and greatest allies on this region. Finally, to identify changes in the national security of the United States after the attacks of September 11th. It was used the qualitative analytical method based on comprehension and historical development of USA foreign policy for the Middle East, and to establish a connection between the attacks as a motivating event of its change and/or evolution. There are North-American interests in the Middle East since the Cold War, representing the largest country's efforts to contain advance of the Soviet Union. These interests range from access to abundant oil reserves in the Gulf, to the defense of the State of Israel, the resolution of the Arab-Israeli conflict and the maintenance of a favorable situation for the USA state with the support of Arab states. The strategy of USA policy toward Middle East constitute in a vital question of maintaining a status quo that allows political and economic exploitation and trading affordable oil. The attacks of September 11th changed the focus of North-American foreign policy for the Middle East and led to wars and political crises. North-American interventions in the Middle East after the attacks can be justified, therefore, to maintain the position of greatest world power and to preserve the security of USA by dominating oil reserves, because if another nation were able to dominate them, it could face the USA hegemony by threatening to affect the position of world's greatest power and most desirable on the international scenario.

Key-words: North-American foreign policy; September 11th; Offensive realism; Middle East

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Oriente Médio 50
Mapa 2 – Principais áreas de atividade do grupo terrorista Al-Qaeda 64
Gráfico 1 – As reservas mundiais de petróleo em países do Oriente Médio (em %) 51

LISTA DE ABREVIATURAS

APE	Análise de Política Externa
CIA	Central Intelligence Agency
DHS	Department of Homeland Security
DPG	Defense Planning Guidance
EUA	Estados Unidos da América
FBI	Federal Bureau of Investigation
FMI	Fundo Monetário Internacional
NSS	National Security Strategy
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WTC	World Trade Center

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 A POLÍTICA EXTERNA SOB UM OLHAR TEÓRICO 14

2.1 Análise de Política Externa 17

2.2 A política externa sob a ótica do realismo ofensivo 22

3 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS 30

3.1 A política externa dos Estados Unidos: uma revisão histórica 31

3.1.1 A Guerra Fria e a transição da política externa norte-americana 36

3.1.2 A política externa do Pós-Guerra Fria 44

4 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O ORIENTE MÉDIO: O 11 DE SETEMBRO COMO PONTO DE INFLEXÃO 49

4.1 A política externa norte-americana para o Oriente Médio 49

4.1.1 Os aliados dos Estados Unidos no Oriente Médio 55

4.1.2 As relações norte-americanas com o Afeganistão e com o Iraque 60

4.2 O 11 de Setembro e o terrorismo internacional 62

4.2.1 A invasão no Afeganistão e a Guerra no Iraque 73

5 CONCLUSÃO 79

REFERÊNCIAS 82

1 INTRODUÇÃO

O atentado às torres gêmeas do World Trade Center (WTC), um dos mais importantes símbolos norte-americanos, e ao Pentágono em Washington em 11 de Setembro de 2001, foi considerado um episódio marcante na história mundial e que alterou significativamente a atuação política do Estado norte-americano.

Dessa forma, sabe-se que os grandes acontecimentos na arena internacional geram mudanças nas políticas internas e nas políticas externas das nações. Portanto, identificar o tipo de política empregada torna-se relevante e necessário a fim de que haja uma constante adaptação a essas mudanças e que a mesma atenda a seus diversos interesses.

Visto dessa forma, o desenvolvimento de uma política externa está intimamente relacionado com os interesses nacionais de um Estado, que podem englobar tanto interesses securitários como econômicos, podendo ser alcançados de forma violenta ou pacífica. Entender como se desenvolve a política externa de uma nação envolve não apenas o estudo da história da nação em questão, como também dos diversos acontecimentos que movem a atuação dos atores internacionais.

Dentro da disciplina de Relações Internacionais trabalha-se com a noção de anarquia, conceituada como a falta de um governo supranacional. Dessa forma, as relações entre os diversos atores desse sistema são moldadas de acordo com os interesses de cada um deles definidos em termos de poder, conceito chave do realismo político nas Relações Internacionais. Além disso, garantir a soberania e o princípio da não ingerência pressupõe a adoção de práticas securitárias.

A tradição da política externa norte-americana leva em conta tanto elementos isolacionistas e antimilitaristas, como também os intervencionistas-militaristas, prática presente desde a sua independência em 1776. O acúmulo de conhecimentos e experiências, aliado ao desenvolvimento de estratégias daquela época garantiram a segurança e o sucesso econômico conhecidos por toda a comunidade internacional.

Com relação a isso, a região da África-Eurásia chamada Oriente Médio vem representando, desde a Guerra Fria, especialmente para os Estados Unidos da América (EUA), um importante fornecedor de petróleo, além de ter sido uma região

de contraponto ideológico ao avanço da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Após a Guerra Fria e com o fim da URSS, novos Estados do Oriente Médio estavam enfraquecidos. A partir disso, os EUA avançaram mais sobre a região, expandindo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) às fronteiras da Rússia e organizando guerras com o intuito de ocupar o Afeganistão e o Iraque, prática esta que seria repetida anos mais tarde após o 11 de Setembro.

Foi a partir deste acontecimento que o Oriente Médio destacou-se ainda mais no cenário internacional por abrigar a rede terrorista Al-Qaeda, liderada por Osama Bin Laden o qual foi responsável por planejar os atentados. Frente a esse episódio, os Estados Unidos deram início à chamada Guerra ao Terror, posta em prática pela invasão ao Afeganistão e a guerra no Iraque.

Além da relação existente entre os Estados Unidos e o Oriente Médio ser um tema bastante relevante, sabe-se da importância e destaque históricos que os Estados Unidos têm no cenário internacional. O interesse neste tema baseia-se nos grandes acontecimentos internacionais, estando especialmente voltado aos atentados do dia 11 de Setembro de 2001 contra os Estados Unidos, os quais tiveram repercussão global e modificaram significativamente o andamento da política externa norte-americana para o Oriente Médio, culminando com guerras e crises políticas.

As políticas adotadas pelo Estado norte-americano após o 11 de Setembro a fim de combater o terrorismo, garantir sua segurança nacional e sua posição de destaque internacional produziram inúmeros questionamentos acerca do propósito norte-americano em empreender tais práticas.

Dessa forma, torna-se importante o estudo dos impactos na política externa dos Estados Unidos causados por acontecimentos que ameacem interesses considerados vitais para o Estado.

Frente ao tema exposto, este trabalho aborda como se desenvolveu a política externa norte-americana para a região do Oriente Médio antes e após os atentados do dia 11 de Setembro de 2001. Por isso, o objetivo geral é identificar quais foram as mudanças na política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio, especialmente para o Afeganistão e para o Iraque, a partir do início da Guerra Fria até a primeira década após os atentados do 11 de Setembro de 2001, em termos securitários e econômicos.

A escolha dos países do Oriente Médio, Afeganistão e Iraque, deve-se à política intervencionista praticada pelos norte-americanos e ao seu grande destaque na agenda atual da política internacional. As guerras travadas nestes dois países afetaram o orçamento norte-americano, além de os benefícios dessas guerras para o país terem sido amplamente discutidos pela comunidade internacional.

Outras etapas são necessárias, entretanto, para que o objetivo maior deste trabalho seja atingido. Procura-se mostrar as formas de intervenção e os interesses econômicos dos EUA no Oriente Médio. Além disso, busca-se identificar os maiores aliados dos EUA no Oriente Médio e como ocorrem as alianças. Por fim, são detectadas as mudanças na segurança nacional dos Estados Unidos após os atentados do 11 de Setembro de 2001.

Através das considerações realizadas e dos objetivos a serem atingidos, este trabalho utiliza-se do método analítico qualitativo, partindo da compreensão e evolução histórica do objeto de estudo que é a política externa dos EUA para o Oriente Médio, além de estabelecer a relação entre o objeto e os atentados do dia 11 de Setembro de 2001 como um acontecimento motivador de sua mudança e/ou evolução.

A exploração é realizada em fontes bibliográficas e documentais sobre o tema proposto, incluindo artigos, livros. Além da utilização de livros em geral que tratam da temática central do trabalho, são de grande utilidade as ideias desenvolvidas por John Mearsheimer, teórico realista das Relações Internacionais, especialmente em *The Tragedy of Great Power Politics* (2001) que trata de defender o realismo ofensivo, teoria na qual este trabalho está baseado, e que consegue responder a uma série de questionamentos sobre o comportamento agressivo e estratégico dos Estados e o porquê de tal comportamento ser a resposta racional aos padrões de interação comportamental dos Estados no sistema internacional.

Da mesma forma que o trabalho de Mearsheimer, o artigo *Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations*, de Valerie Hudson, publicado em 2005 na Foreign Policy Analysis, contribuirá para o aprofundamento da análise de política externa, teoria importante para o entendimento sobre a formulação da política externa norte-americana.

Por fim, os trabalhos de Cristina Soreanu Pecequilo, de 2011, *Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*, e de Luiz Alberto Moniz Bandeira, de 2008, *Dimensão Estratégica e Política Externa dos Estados Unidos,* trazem um

histórico bastante completo da trajetória política norte-americana frente a outros Estados do sistema internacional, sendo necessário cita-lo no presente trabalho para que se possa analisar posteriormente a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio após os atentados do 11 de Setembro de 2001.

O trabalho está desenvolvido em três capítulos. O primeiro engloba os conceitos e análises de uma política externa sob a ótica da teoria desenvolvida por John Mearsheimer, o realismo ofensivo. Este capítulo também dá destaque à Análise de Política Externa (APE) que é utilizada para explicar como são tomadas as decisões dentro da política externa de um Estado. No capítulo dois, está descrita a política externa dos Estados Unidos, fazendo-se um histórico mais aprofundado dela, com ênfase no período entre o início da Guerra Fria até o 11 de Setembro de 2001. Por fim, no capítulo três, estão identificadas e analisadas as mudanças na política externa norte-americana para o Oriente Médio, especialmente para o Afeganistão e para o Iraque após os atentados do 11 de Setembro de 2001.

2 A POLÍTICA EXTERNA SOB UM OLHAR TEÓRICO

Conhecer a evolução da política externa de uma nação é fundamental para entender que ela é feita de fases, ou seja, não representa uma política fixa, ela altera-se conforme as mudanças no mundo. Da mesma forma, segundo White (1989), grande parte dos acontecimentos da atualidade é produto do comportamento da política externa dos Estados, que vêm aumentando sua importância no sistema internacional desde 1945.

Para Pecequilo (2011), a política externa é uma mistura de continuidade e da adaptação ao longo do tempo, pois nenhum Estado pode ficar parado com o decorrer da história.

Pode-se definir política externa como um programa criado pelas autoridades governamentais cujo objetivo é atingir determinado resultado frente a outros Estados (HERMANN, 1989, apud GOMES, 2007). Esses objetivos, que podem ser atingidos pacífica ou violentamente, tendem a ser alcançados com o intuito de preservar o interesse nacional, especialmente sua segurança, prosperidade econômica e valores.

O interesse nacional, segundo Almeida (2009, p. 8), é um conceito que engloba os objetivos nacionais permanentes, que podem ser a:

> [...] defesa da independência nacional; soberania na tomada de decisões estratégicas; garantia de aprovisionamentos essenciais à economia nacional (entre eles energia, bens primários e segurança alimentar); preservação do território em face de intrusões estrangeiras; cooperação com os demais membros da comunidade internacional na manutenção de um ambiente de paz, da segurança e da estabilidade, com vistas ao desenvolvimento econômico e social; preservação dos direitos humanos e manutenção do sistema democrático no contexto regional e mundial.

Para o realismo, escola dominante entre analistas e tomadores de decisão das relações internacionais, conforme explicitado por Nogueira e Messari (2005), o interesse nacional é algo predeterminado, é a sobrevivência do Estado e a garantia de sua permanência como ator. Essa sobrevivência é fundamental e o Estado deve utilizar toda sua capacidade para preservá-la.

Essa noção parte da premissa do estado de natureza de Hobbes, entendido como “a existência simultânea de vários atores exclusivamente responsáveis por sua própria sobrevivência” (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 26).

E aí surge o conceito definidor do realismo nas relações internacionais, que é a anarquia, caracterizada pela ausência de uma autoridade superior aos Estados que regule as suas ações. E assim como no estado hobbesiano, os Estados lutam por sua sobrevivência e desconfiam uns dos outros. A consequência da existência da anarquia é, portanto, esse estado de constante disputa pela sobrevivência, a desconfiança permanente e a segurança como um bem de soma zero, ou seja, um Estado só pode garantir sua segurança em detrimento da segurança de outro Estado[1].

Nessa linha, poder-se-ia conceituar política externa como aquela área governamental que está preocupada com os relacionamentos entre os Estados e outros atores no sistema internacional (WHITE, 1989).

Há, no entanto, outras interpretações. Para Almeida (2009), a política externa pode ser definida como um conjunto de oportunidades e capacidades externas que são incorporadas com o intuito de desenvolver a nação internamente. Esse mesmo autor ainda explica que apesar de a política externa ser considerada como uma expressão da política interna de um Estado, ela também pode estar dissociada desta última, pois um Estado democrático pode projetar-se no ambiente internacional de modo imperialista, como por exemplo, o sistema colonial britânico, ou como uma autocracia, de forma sensata e respeitadora do direito internacional, como no caso da China, em teoria.

Ainda segundo Almeida (2009), a diplomacia é a principal ferramenta responsável por colocar a política externa em prática. É ela que detém o conhecimento acerca dos temas internacionais, sendo essencial a uniformidade no processo decisório. Caso contrário, os objetivos ficam fragmentados e demasiado divergentes, contribuindo para o fracasso da política externa desenvolvida.

Pecequilo (2011) afirma que a maior parte do que é feito na política externa depende de questões domésticas, pois nenhum Estado irá se projetar externamente se não estiver ciente de seus interesses e de sua capacidade de projeção. Ou seja, a disponibilidade de recursos domésticos é um fator essencial para que um Estado possa atuar externamente e com confiança. Além disso, Pecequilo (2011) ainda cita

---

[1] Para a escola tradicional do realismo, o Estado pode ser chamado de “bola de bilhar” (*billiard-ball*). Ele é o ator central, unitário e racional das relações internacionais e tem a função de manter a paz dentro de suas fronteiras e a segurança de seus cidadãos contra agressões externas. A racionalidade do Estado se traduz no fato de que ele defende o interesse nacional no sistema internacional com o menor custo e maior benefício (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

outros fatores considerados importantes para a projeção externa de um Estado como a sua posição no cenário internacional e as circunstâncias internacionais.

De uma forma bem clara, Wesson (1978, p. 15) afirma:

> Os artífices da política externa são amplamente guiados pela experiência do passado. O mundo é tão complexo e imprevisível, e é tão impreciso o modo como os interesses nacionais serão definidos em novas circunstâncias, que os homens falíveis e finitos responsáveis pelos destinos dos Estados analisam o desconhecido em função do conhecido, fazendo as coisas mais ou menos como foram feitas antes ou procurando evitar erros do passado recordado.

Para Hill (2003), política externa é a soma das relações exteriores oficiais realizadas por um ator independente nas relações internacionais. O autor ainda explica que o ator independente pode incluir fenômenos como a União Europeia; as relações exteriores são oficiais porque permitem a inclusão de produções de todas as partes do mecanismo de governo do Estado enquanto há uma parcimônia em relação às diversas transações internacionais que estão ocorrendo. Além disso, Hill (2003) explica que política é a soma dessas relações oficiais porque, caso contrário, qualquer ação particular pode ser vista como uma política externa isolada. E por fim, a política é externa porque o mundo ainda está separado em comunidades distintas.

A política externa é geralmente exposta pelo seu responsável no início de seu mandato, quando ele atribui os objetivos e prioridade no plano internacional. Uma política externa pode ser considerada ativista ou passiva. A primeira significa que o Estado pode coordenar esforços políticos, econômicos, sociais e culturais juntamente com outros Estados ou isoladamente para tentar moldar as decisões globais. Já uma política externa passiva engloba esforços apenas para manter o *status quo* (ALMEIDA, 2009). Para tanto, conforme White (1989), a política externa engloba diversas decisões realizadas por um grupo de pessoas que atua em um ambiente bem estruturado e que decide ou escolhe seguir um caminho ao invés de outro.

Analisar o comportamento dos Estados no sistema internacional engloba uma série de desafios para os tomadores de decisão e os analistas. Para identifica-los existe, dentro das Relações Internacionais, a chamada Análise de Política Externa que é considerada por alguns, como Dewes (2009), a mais importante das áreas políticas porque se preocupa com os interesses nacionais do Estado.

2.1 Análise de Política Externa

A Análise de Política Externa, segundo Dewes (2009), pode ser entendida como um processo que procura compreender o que se pratica no meio internacional e a partir disso traçar significados profundos sobre essa interação entre os atores do sistema. Portanto, ela não é apenas um método que mostra as partes que constituem a política externa, seus conceitos e processos.

A APE parte da premissa de que, enquanto há diferenças significantes entre as políticas externas dos Estados, há similaridade suficiente e, portanto, padrões comparáveis de comportamento para permitir que o observador faça afirmações generalizadas seguras sobre os objetivos que os Estados querem atingir, por exemplo. Além disso, é necessário que o analista saiba algo sobre os processos políticos dentro do Estado, pois assim como a política doméstica, uma política externa é formulada no interior do Estado, mas, diferentemente da política doméstica, é direcionada e implementada no ambiente externo ao Estado (WHITE, 1989).

Para que se faça uma Análise de Política Externa, é necessário, segundo White (1989), que o analista distinga a política externa das outras áreas da atividade governamental. Deve-se, primeiramente, tratar as fronteiras estatais como conceituais assim como os limites territoriais e separar política externa de doméstica. Em seguida, deve-se identificar que essa área simboliza a direção e também um tipo particular de política que está preocupada com os interesses securitários vitais do Estado.

É necessário, dessa maneira, fazer questionamentos utilizando “o quê”, “como” e “por quê”. Essa análise deve ir além de descrever apenas a política passada e presente. Deve-se investigar por que os Estados se comportam de uma maneira e como a política externa é feita (WHITE, 1989).

Desse ponto de vista, Dewes (2009, p. 22) destaca:

> A Análise de Política Externa, com seu foco no Estado e nas maneiras como o Estado se relaciona ao ambiente internacional, produz o que pode ser chamado de “micro” perspectiva em Relações Internacionais. Isto se contrasta com a “macro” perspectiva que tenta explicar as relações internacionais no nível do próprio sistema internacional. Explicar as Relações Internacionais no nível do Estado predispõe o analista a destacar as diferenças entre Estados nos termos de seus comportamentos de

> política externa e ainda considerar o ambiente doméstico dos Estados como um determinante deste comportamento.

Para White (1989), a sobrevivência é o foco da Análise de Política Externa. O autor explica que um Estado utiliza habilmente a sobrevivência como uma articulação em relação aos meios até o seu fim, que é o poder. Entende-se, dessa maneira, por que os realistas chamam o sistema internacional de hostil e perigoso, pois é a partir daí que o comportamento dos Estados é analisado: um ambiente com forças externas que ameacem a sobrevivência de um Estado determinará significativamente o andamento de sua política externa.

Entretanto, segundo Gomes (2007), a APE engloba outras variáveis também importantes que atuam na formulação da política externa como o sistema político doméstico, o desenho institucional dos países, as abordagens cognitivas[2] e o papel desempenhado pelas burocracias governamentais. Dessa forma, atualmente, o Estado como ator unitário do sistema internacional vem sendo questionado, já que a divisão entre a política interna e a externa está cada vez mais difícil de ser feita. Surgem, então, novas variáveis para o estabelecimento de uma política externa.

Nesse sentido, ainda segundo o autor, pode-se citar o processo decisório e os níveis de mudança. O primeiro refere-se à atuação de agentes de mudança primários como o líder predominante, a burocracia governamental, a reestruturação doméstica e o choque externo. O líder predominante pode fazer a escolha de todo o governo. Portanto, suas características de líder e visão de mundo têm grande peso nas decisões referentes a assuntos internacionais e no direcionamento que será dado à nação. Além disso, o líder pode ser influenciado ou não por acontecimentos externos. Já a burocracia governamental é composta por grupos dentro do governo que atuam na resolução de assuntos externos[3]. A reestruturação doméstica acontece quando determinado grupo da sociedade influencia nas tomadas de decisão externas. Por fim, o choque externo refere-se a acontecimentos internacionais de grande porte. Todos esses fatores podem atuar tanto em conjunto como um pode ativar o outro que então redireciona a política externa (GOMES, 2007).

---

[2] As abordagens cognitivas englobam os valores, crenças e ideias, isto é, fatores subjetivos presentes nos tomadores de decisão que são moldados pelo ambiente externo (FRANCISCO, 2010).

[3] A formulação da política de segurança norte-americana, por exemplo, é um processo que envolve vários atores, como o presidente, o Congresso, o Conselho Nacional de Segurança, o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa, órgãos de inteligência e de orçamento (GOMES, 2007).

A partir daí, tem-se o resultado desse processo, que são os níveis de mudança. O primeiro nível é chamado de mudanças de ajuste onde os esforços são estabelecidos de acordo com os objetivos da política externa. Em seguida, têm-se as alterações no programa, ou seja, ocorrem modificações nas formas utilizadas para fazer a política externa, tanto qualitativamente como quantitativamente, mantendo-se o objetivo central inalterado. A alteração do objetivo acontece no terceiro nível. Nesse ponto, novos rumos são dados à agenda externa do Estado. O último nível de mudança são as mudanças de orientação internacional que englobam alterações em toda atuação internacional do Estado (GOMES, 2007).

De acordo com Hudson (2005), a Análise de Política Externa contribui de forma significativa no campo das Relações Internacionais pelo seu foco em um ator específico, com o argumento de que tudo o que acontece entre e contra as nações está baseado nas decisões humanas, que podem ser tomadas ou em grupo ou individualmente. É fundamental o entendimento de como as decisões humanas são tomadas, como as pessoas percebem e tomam suas decisões e reagem ao mundo ao redor delas e como elas são moldadas por esse mundo. E é com isso que o campo das Relações Internacionais se preocupa.

Hudson (2005) explica que a Análise de Política Externa deve levar em conta os processos e resultados dos tomadores de decisão para que se tenha consciência das prováveis consequências para os agentes externos. Além disso, as tomadas de decisão na política externa são multifatoriais, pois as variáveis são avaliadas em mais de um nível de análise, ao mesmo tempo em que possuem a percepção de muitas disciplinas como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Economia e o Comportamento Organizacional.

Para melhor entendimento, de acordo com Cortinhas (2006), pode-se comparar as teorias sistêmicas com as teorias que associam os níveis de análise. As primeiras consideram o Estado como ator unitário e não explicam os jogos de poder ou as disputas de poder internas. A política doméstica é vista como uma caixa preta na qual os interesses do Estado dependem da posição que este ocupa no sistema internacional, ou seja, os governantes tomam suas decisões baseadas nessa posição e não são influenciados pelos atores internos. Já as teorias que defendem os níveis de análise defendem que, quando estes se relacionam, os Estados modificam o ambiente internacional e, consequentemente, o ambiente doméstico. Como o autor mesmo denomina, esse é um “processo recíproco de interferência”.

A abordagem tradicional da Análise de Política Externa baseia-se em suposições convencionais. White (1989, p. 10-11):

> Nós mal precisamos pensar sobre um caso particular de política externa para nos darmos conta de que nós tendemos a supor que os Estados têm políticas externas coerentes que são exemplificadas por ações particulares; que os governos têm objetivos e metas para os quais suas políticas são dirigidas; e que os governos calculam não somente cursos particulares de ação, mas também as consequências dessas ações. Nós supomos, em outras palavras, que a política externa é produto de um comportamento racional [...] [4]

Durante a tomada de decisão racional, são considerados os possíveis cursos de ação e as consequências dessa ação em termos de custo-benefício. Esse comportamento racional na tomada de decisão é uma tradição do pensamento ocidental e, talvez por isso esse comportamento predomine na Análise de Política Externa. Outra razão envolve a percepção racional do observador. Se este conhece as regras da racionalidade, poderá prever e entender porque tal uma decisão foi tomada pelo tomador de decisão racional.

Assim, Cortinhas (2006, p. 72) afirma que:

> [o]s Estados, ao tomarem suas decisões de política externa, em um primeiro momento, estabelecem suas preferências, a partir de uma estratégia de inserção internacional que definiram anteriormente, com o intuito de maximizar poder em relação aos demais países. Tendo determinado suas preferências com base em um cálculo de custo-benefício, traçam as estratégias mais adequadas para que seus benefícios sejam maximizados e seus custos minimizados. Como a decisão tem por base um cálculo racional, e o interesse do Estado de maximizar poder no sistema internacional é tido como dado, independentemente de quem sejam os indivíduos que compõem a estrutura governamental, as políticas dos países seguirão sempre a mesma linha de atuação.

A partir dos anos 1970, a Análise de Política Externa passou a combinar explicações sistêmicas, que identificam a influência do sistema internacional no comportamento dos Estados, e explicações domésticas, que constatam as pressões de grupos internos sobre o tomador de decisão. Desde então, a política externa passou a ser resultado da ligação entre políticas domésticas e pressões do meio internacional (CORTINHAS, 2006).

Milner (1997), citada por Cortinhas (2006) destaca que a economia e a política interna de um país são especialmente influenciadas pela posição internacional deste

[4] Tradução própria.

país e o inverso também acontece. Além disso, os líderes políticos agem simultaneamente nas arenas doméstica e internacional e, dessa maneira, é preciso superar a visão de que o Estado é ator unitário, pois os fatores internos interferem, e muito, na formulação de uma política externa.

Nesse sentido, Cortinhas (2006, p. 74) ainda explica:

> A liderança é afetada não só pelas percepções dos políticos mais importantes, mas também pelos grupos e organizações domésticos e transnacionais que, por vezes, dominam o processo político e buscam orientar a política governamental em seu benefício, contra os interesses político-estratégicos, ou os interesses econômicos, do eleitor médio, pelos quais a teoria tradicional assume que os Estados são guiados.

É importante destacar que o Estado interage com setores privados que são produtores de riqueza nacional para extrair recursos e renda da comunidade internacional, a fim de projetar sua política externa. Sem esses recursos, é impossível a ação externa do Estado (ALMEIDA, 2009).

Além disso, um Estado também pode basear suas escolhas em preferências e valores, pois, do ponto de vista da teoria racional, a partir disso, o Estado orientará suas ações de forma consciente, levando em consideração restrições geográficas, por exemplo, e até mesmo ações antecipadas de outros atores. Entretanto, tais atores não têm completa liberdade de ação. Eles devem considerar qualquer restrição como uma forma de bloqueio de suas ações, levando-se em conta a possibilidade de moldarem seu comportamento ou até mesmo de desistirem de seu objetivo (MESQUITA, 2009).

Almeida (2009), por sua vez, afirma que faz parte da natureza humana querer retirar mais de uma relação do que o que foi investido, ou seja, o objetivo é obter uma alta taxa de retorno da relação, elevando-se ao máximo a qualidade dessa interação. Existem prioridades a serem seguidas em uma política externa, e quanto menos existirem, maiores serão os ganhos. Isso quer dizer que as prioridades de um Estado estão geralmente no topo de sua agenda diplomática e há uma visão bem clara dos benefícios a serem obtidos de uma relação bilateral ou multilateral.

Por isso, dar importância a poucas prioridades e prestar atenção em suas preferências e valores a serem difundidos trará maiores benefícios ao Estado. Tudo isso somado à ajuda financeira de setores privados certamente tornará mais fácil para ele atingir seus objetivos.

O modelo dos jogos de dois níveis, formulado por Robert Putnam e citado no artigo de Cortinhas (2006), salienta que os líderes políticos devem levar em consideração, ao tomarem suas decisões para a política externa, os interesses dos atores domésticos e dos internacionais. Além disso, ao mesmo tempo, esses líderes procuram garantir o equilíbrio de sua posição internamente e a importância do seu Estado externamente. Eles sofrem constantemente pressões nos dois níveis e, baseados nisso, vão reagir e influenciar o comportamento dos outros atores tanto do sistema doméstico quanto do internacional.

Dessa forma, segundo Putnam (1988, p. 434):

> [n]o nível nacional, os grupos domésticos perseguem seus interesses pressionando o governo a adotar políticas favoráveis e os políticos buscam poder pela construção de coalizões entre estes grupos. No nível internacional, os governos nacionais procuram maximizar sua própria habilidade de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizando as consequências adversas dos desenvolvimentos internacionais. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão centrais, enquanto seus países permanecem interdependentes, apesar de soberanos.

Portanto, se algum jogador do tabuleiro se sentir insatisfeito com determinado resultado poderá modificar a ordem do jogo ou o tabuleiro. O contrário também acontece. Um líder poderá perder seu cargo, caso seus adversários ou companheiros de jogo não gostam de sua jogada. O sistema internacional, funcionando dessa forma, torna surpreendentes os resultados das relações entre os Estados, fazendo de suas ações externas importantes determinantes de cada movimento neste jogo.

2.2 A política externa sob a ótica do realismo ofensivo

Uma política de defesa nacional pode focar a redução das vulnerabilidades para dentro das fronteiras de um Estado, ou então o enfraquecimento das ameaças por meio de negociações ou ataques armados. Essas ameaças englobam tudo o que é externo, ou seja, tudo o que está fora da unidade de análise tradicional das Relações Internacionais, o Estado (RUDZIT, 2005).

Diante do exposto, pode-se citar o termo “dilema de segurança”, o qual também é um fator que pode modificar o andamento da política externa de uma nação. Bortoluci (2005, p. 6) afirma:

> [...] na ausência de uma autoridade supranacional, muitas atitudes tomadas pelos Estados para ampliar sua segurança têm o efeito de tornar outros Estados menos seguros, o que leva estes a tomarem medidas com vistas à sua própria defesa, levando à reação da primeira parte e assim a um processo contínuo de armamento.

Esse “dilema de segurança”, também citado por Mearsheimer (2001), é um conceito muito bem conhecido na literatura das Relações Internacionais e reflete a base lógica do realismo ofensivo, que será explicado mais adiante. É difícil para um Estado aumentar suas chances de sobrevivência sem ameaçar a de outros Estados. A melhor defesa é uma boa ofensiva. John Herz (1950), citado por Mearsheimer (2001, p. 36), escreveu em seu artigo na *World Politics*:

> Esforçando-se em alcançar segurança através do ataque, os Estados são guiados a adquirir mais e mais poder a fim de escapar do impacto do poder dos outros. Isto, por sua vez, torna os outros mais inseguros e os obriga a prepararem-se para o pior. Uma vez que nenhum deles possa se sentir completamente seguro em um mundo de concorrentes, a competição pelo poder continua, e o círculo vicioso da acumulação de segurança e poder está em funcionamento[5].

Pode-se explicar esse tipo de atitude com cinco premissas da estrutura do sistema internacional elencadas por Diniz (2006). A primeira delas é a de que o sistema internacional é anárquico, ou seja, Estados independentes não submetidos a nenhuma autoridade superior, como já foi visto anteriormente. Uma segunda premissa diz respeito à capacidade militar ofensiva que as grandes potências possuem, e é através dessa capacidade que elas podem destruir umas às outras. A premissa seguinte se refere às intenções estatais, ou seja, nenhum Estado pode duvidar de que o outro não usará de sua capacidade militar para atacá-lo. Citadas as três primeiras premissas, chega-se à conclusão de que a sobrevivência é o principal objetivo das grandes potências e de que elas são atores racionais.

Portanto, o sistema internacional estrutura-se de forma a instigar os Estados a conquistar o poder às custas de outros, pois ao atingir certa hegemonia, garante-se a sobrevivência. Maximizando seu poder, o Estado maximiza sua segurança (DINIZ, 2006).

---

[5] Tradução própria.

O que Bortoluci (2005) e Mearsheimer chamam de “dilema de segurança”, Gomes (2007) chama de “choque externo”, como visto, acontecimentos internacionais de grande porte e que produzem não apenas mudanças na política externa de um Estado, mas também desvios no comportamento dos atores internacionais.

Esses desvios podem englobar atitudes agressivas do Estado diante de acontecimentos potencialmente ameaçadores. Uma atitude agressiva pode ser explicada pelo realismo ofensivo, teoria defendida por Mearsheimer (2001) e na qual este trabalho está baseado. Ao contrário dos realistas clássicos, que defendem a premissa de que o ser humano é naturalmente agressivo, os realistas ofensivos acreditam que é o sistema internacional que instiga a busca pelo poder como uma forma de garantir a sobrevivência e, consequentemente a segurança. O comportamento agressivo das potências não é devido à sua natureza ou porque há um desejo interior de dominar. As chances de sobrevivência aumentam à medida que as potências buscam mais poder. E isso explica esse comportamento agressivo.

Vale ressaltar nesse ponto que as grandes potências sentem medo umas das outras e isso, segundo Mearsheimer (2001) é o aspecto central da existência do sistema internacional. O autor faz diversas indagações acerca da quantidade de medo que as grandes potências sentem. Ele diz que quanto mais poder um Estado possui, maior medo ele irá gerar entre seus rivais. E ainda destaca que esse medo deriva do fato de as potências possuírem uma capacidade militar ofensiva e também por não saberem das reais intenções umas contra as outras.

Outra consideração relevante feita por Mearsheimer (2001) refere-se à competição por segurança de um Estado, ou seja, a quantidade de medo existente entre os Estados irá determinar largamente a seriedade dessa competição. Logicamente, quanto mais profundo esse medo for, maior será essa competição e, consequentemente, a guerra torna-se mais provável de acontecer. Dessa maneira, um Estado que se sinta ameaçado, irá procurar maneiras de elevar sua segurança através de políticas arriscadas a fim de atingir seu objetivo. Portanto, o autor considera o sistema multipolar que contenha uma possível hegemonia o que mais provoca medo entre os Estados. Esse sistema é chamado por Mearsheimer (2001) de “multipolaridade desequilibrada”.

Mearsheimer (2001, p. 43-44) afirma que o poder afeta a intensidade do medo entre os Estados de três maneiras:

> Primeiro, Estados rivais que possuem forças nucleares que podem sobreviver a um ataque nuclear e revidar contra isso temem menos uns aos outros do que se esses mesmos Estados não possuíssem nenhuma arma nuclear [...] Segundo, quando grandes potências estão separadas por grandes massas de água, elas geralmente não tem muita capacidade ofensiva umas contra as outras [...] Terceiro, a distribuição de poder entre os Estados no sistema também afeta consideravelmente os níveis de medo.

Para adquirir poder, um Estado utiliza algumas estratégias como a chantagem e a guerra. Já para adquirir a distribuição de poder perante potenciais inimigos, o Estado utiliza o equilíbrio e o custo-transferência. Através do equilíbrio, o Estado compromete uma alta carga de seus recursos a fim de dissuadir o adversário e atingir seu objetivo. Estados que se sintam ameaçados primeiro enviam sinais ao agressor através de vias diplomáticas que são capazes de manter o equilíbrio de poder. Em segundo lugar, esses Estados podem criar alianças para ajuda-los a conter o avanço do inimigo. E em terceiro lugar, eles podem estar em equilíbrio com o oponente mobilizando recursos próprios, como por exemplo, os gastos com a defesa. Esta última medida é a auto-ajuda, no sentido mais claro da palavra. Com o custo-transferência, como o próprio nome diz, o Estado ameaçado transfere os custos de dissuasão a um outro Estado (MEARSHEIMER, 2001).

Mearsheimer (2001) também afirma que o realismo ofensivo é uma teoria descritiva e prescritiva, pois explica como as potências se comportaram no passado e como provavelmente serão no futuro. Seguir o que o realismo ofensivo projeta é uma maneira garantida de sobreviver no sistema internacional. Além disso, já que o objetivo de uma potência é obter sempre mais poder a fim de chegar a uma posição hegemônica perante outras potências, agir como um bom realista ofensivo, como não poderia deixar de ser, é o caminho mais recomendado. A teoria de Mearsheimer explica que, como as grandes potências não possuem a proteção de outras organizações, a chave para a sua sobrevivência é o poder. O realismo diz que o poder povoa o pensamento das grandes potências, ou seja, elas lutam por poder entre elas mesmas e, às vezes, essa competição acaba em guerra, que é um instrumento aceitável entre os estadistas.

Ainda de acordo com o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), as grandes potências são o objeto de análise da teoria, pois elas são as responsáveis pelos maiores impactos do sistema internacional. Ademais, o destino dos Estados é determinado principalmente pelas decisões daqueles que possuem maiores

capacidades, ou seja, pelas grandes potências. Porém, o autor não defende a existência de um mundo multipolar, por considerá-lo mais suscetível a guerras, como visto. Ele argumenta que esse tipo de arranjo do sistema internacional com Estados poderosos é o mais perigoso de todos. Dessa forma, um sistema bipolar é menos perigoso.

Nesse ponto, pode-se citar a balança de poder definida por Waltz, e apresentada por Nogueira e Messari (2005, p. 30):

> Waltz afirma que a balança de poder não resulta da ação deste ou daquele estadista, mas existe devido à distribuição do poder entre os Estados. Com isso, existem duas distribuições de poder possíveis: uma distribuição bipolar – quando apenas duas potências dominam o sistema internacional – ou uma distribuição multipolar, isto é, quando mais de duas grandes potências dominam o sistema internacional.

Nogueira e Messari (2005) afirmam que existem autores que defendem o sistema bipolar, por acreditarem que cada pólo pode controlar seus aliados e que as potências menores podem receber a proteção das grandes. Este é o caso de Mearsheimer. Para ele, a influência e a capacidade de poder se tornam tão grandes que resultam na maior estabilidade do sistema.

Para Mearsheimer (2001), uma nação garante sua segurança através da maximização do poder, que pode ser concreto e potencial. O primeiro é caracterizado por suas Forças Armadas que possuem a capacidade de defender e controlar o Estado ocupado. O segundo tipo de poder refere-se ao tamanho da riqueza e da população de um Estado. Em outras palavras, o poder potencial tem a capacidade de sustentar aquelas forças no tempo (DINIZ, 2006). Portanto, quanto maior a riqueza e a população de um Estado, maior será a sua segurança, pois ele terá mais condições financeiras para aumentar seu arsenal militar e mais população capaz de auxiliar suas Forças Armadas.

Em termos de disponibilidade de recursos de poder, um Estado pode ter capacidade de posse e conversão desses recursos. E aí, o poder potencial também pode ser definido como o que existe em condição bruta, comparando-o com o poder real, isto é, a sua capacidade de conversão. Pode-se dar o exemplo das reservas petrolíferas que um Estado possui. Esse é o seu poder potencial. Um Estado terá o poder real somente se tiver condições tecnológicas de explorar esse recurso para que este se torne disponível para sua população (PECEQUILO, 2010).

O conceito de segurança, no entanto, é visto de forma diferente para a escola realista e para a escola idealista, segundo Rudzit (2005). Para a primeira, o conceito de segurança estaria relacionado ao poder, ou seja, um ator que possui poder suficiente para atingir uma posição de destaque no sistema, garantindo, dessa forma, a sua segurança. A escola idealista associa a segurança à paz, em que um sistema sem guerras e com uma paz duradoura garantiria segurança a todos.

A segurança nacional foi um tema bastante relevante durante a Guerra Fria, pois, segundo Rudzit (2005), o uso de forças militares com o intuito de garantir a segurança de um Estado não pode ser separado de outras políticas, já que uma política de defesa é decidida e executada em uma estrutura composta por processos políticos internos e externos. O primeiro processo diz respeito ao envolvimento das instituições internas que definem as políticas de segurança e defesa e também todas as outras políticas internas do Estado. Já o processo de política externa se preocupa com as negociações com outras nações que garantam vantagens, sendo a ameaça do uso da força sua medida básica de troca.

Dessa maneira, como bem define Mearsheimer (2001) em sua teoria realista ofensiva, os poderes ditos *status quo* quase não são encontrados na política mundial, já que o próprio sistema internacional cria mecanismos de incentivo para que os Estados procurem por oportunidades de ganhar poder com os gastos de seus rivais e aproveitando vantajosamente os momentos em que os benefícios se sobrepõem aos custos. Para o realismo ofensivo, a hegemonia é o principal objetivo e Mearsheimer a define como um Estado tão poderoso que domina todos os outros Estados no sistema.

Além disso, como os Estados não podem maximizar simultaneamente seu poder, o sistema está em constante disputa securitária, contanto que continue anárquico (TOFT, 2005).

Entretanto, isso contraria o que foi dito por Huntington (1991), citado por Rudzit (2005), o qual afirma que os interesses e desafios econômicos são mais importantes para a condução de um Estado do que os da área militar. Huntington ainda deixa claro que as capacidades militares serão deixadas no passado, enquanto as capacidades econômicas serão centrais no mundo pós-Guerra Fria.

Um Estado que possui uma importante capacidade econômica e que sabe como conduzi-la, certamente usufrui de uma posição destacada no sistema internacional. Porém, acredita-se que as capacidades militares garantem maior

tranquilidade para um Estado em termos securitários, pois diante de um cenário anárquico como é o sistema internacional e com a constante busca pela maximização do poder, um enfrentamento militar não está descartado. Um Estado somente deve projetar-se economicamente à frente de outro Estado quando tiver plena consciência de que suas capacidades militares são suficientes para uma eventual disputa militar, caso esta venha a ocorrer. Além disso, um elevado aparato militar garante poder de persuasão, característica marcante dos Estados Unidos. Portanto, as capacidades militares continuam sendo centrais, ao contrário do que afirma Huntington.

Nesse sentido, deve-se citar o artigo de George Kennan para a *Foreign Affairs* de 1947, intitulado *The Sources of Soviet Conduct*, citado por Pecequilo (2011). Kennan ressalta que, durante a Guerra Fria, a superioridade militar não aparecia como uma questão primordial dos norte-americanos. Ele argumenta que os esforços dos Estados Unidos deveriam estar voltados para as áreas política e econômica, não sendo necessário o recurso da força militar para implementar a política da contenção norte-americana.

Pode-se dizer que, ao contrário do argumento de Kennan, o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001) defende a ideia de que as grandes potências têm medo umas das outras, pois todas elas são potenciais inimigos. Além disso, como é difícil de deter os agressores, elas não possuem confiança umas nas outras e, por isso, devem se preparar para possíveis conflitos. Os Estados precisam garantir sua sobrevivência, então, partindo-se da premissa de que o sistema internacional é anárquico e que os outros Estados são ameaças, cada um deve depender de si mesmo para obter segurança.

Esta última afirmação remete a uma característica do sistema internacional desenvolvida pelos defensores da escola realista tradicional que é a auto-ajuda. Segundo Nogueira e Messari (2005), a auto-ajuda surge devido à anarquia internacional, ou seja, os Estados devem lutar pela sua sobrevivência utilizando todos os meios de poder disponíveis a eles.

Além disso, nenhum Estado pode contar com a ajuda de outro. Não há nada que garanta que um Estado aliado não vá se tornar uma ameaça para a soberania nacional do outro Estado. Os autores ressaltam que isso não significa que não deve haver alianças e cooperação no sistema internacional. Porém, há que se ter um

estado permanente de alerta para que a segurança não fique comprometida (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

Diante do exposto, para que se possa fazer uma análise da política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio após o 11 de Setembro, é necessário, primeiramente, apresentar a evolução da política externa norte-americana desde a Guerra Fria, e este é o tema a que o próximo capítulo deste trabalho se dedica.

3 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Como foi visto no capítulo anterior, a construção de um perfil e comportamento de um país no sistema internacional, ou seja, de sua política externa, pode ser feita, em parte, através de tradições e experiências vivenciadas ao longo de sua história.

Dessa forma, segundo Pecequilo (2011), os Estados Unidos constituíram seu padrão histórico da política externa entre 1776 – ano que além de marcar a conquista de sua independência, correspondeu ao período de formação e evolução do país, definindo-se a sociedade, a política e a economia e também os componentes orientadores de sua atuação externa – e 1945 – que correspondeu a sua consolidação como potência hegemônica no sistema internacional. Em outras palavras, os Estados Unidos procuraram garantir, primeiramente, a integridade e consolidação de seu território e população para em seguida, ampliar sua segurança e interesse nacional. As bases fundamentais da política externa norte-americana foram construídas nesse período, sendo mantidas e reformuladas de acordo com as relações internacionais do país.

Os sete componentes desse padrão incluem o experimento norte-americano, o isolacionismo e o unilateralismo, a expansão das fronteiras, o sistema americano e a esfera regional, o império norte-americano, as portas abertas e o wilsonianismo. Somados, correspondem ao período de formação interna e externa norte-americana, desde a sua ascensão até a posição de potência hegemônica. Em relação ao experimento americano, pode-se dizer que este teve início com a Declaração de Independência[6], em 1776, a qual separou definitivamente os Estados Unidos da influência britânica. Com a liberdade conquistada, o país assegurava sua expansão tanto interna como externamente (PECEQUILO, 2011).

O período de isolacionismo e unilateralismo não se caracterizou por um total distanciamento do sistema internacional. Como Pecequilo (2011, p. 53) diz, correspondeu “a um padrão de engajamento estreito, limitado e pontual em seu caráter, escopo e intensidade”. Os Estados Unidos procuraram não se envolver em guerras e em questões políticas europeias, e priorizaram a busca pelos seus

[6] Segundo essa declaração, nenhuma nação ou povo deveria deixar-se dominar e controlar por outra nação, pois teria o direito à autonomia e liberdade, garantindo, dessa forma, seu desenvolvimento (PECEQUILO, 2011).

interesses nacionais, agindo de acordo com seus objetivos, recursos e capacidades de poder.

A próxima fase de expansão das fronteiras foi caracterizada pelo momento em que os Estados Unidos se voltaram para o desenvolvimento interno. Nesse período, o país conseguiu fortalecer sua economia e política domésticas, projetando objetivos políticos e econômicos no mundo (PECEQUILO, 2011).

Ainda de acordo com Pecequilo (2011), o componente do sistema americano e esfera regional foi caracterizado pela definição das prioridades norte-americanas no seu hemisfério. Este é um componente que se faz presente até hoje na política externa do país.

As principais características do império norte-americano, componente seguinte, foram a ampliação das fronteiras dos EUA e a estabilidade e prosperidade doméstica. A política de portas abertas (*open door policy)* é um componente associado à divulgação dos interesses econômicos em outros países para que haja a preservação e o aprofundamento de um “sistema comercial e financeiro aberto e livre, no qual todas as nações teriam os mesmos direitos e possibilidades de ação”, segundo as palavras de Pecequilo (2011, p. 86). Esse último componente surgiu durante o imperialismo, quando as grandes potência disputavam as diversas zonas de influência no mundo.

Por fim, segundo Pecequilo (2011), o wilsonianismo tinha como características, além do caráter idealista, a construção da ordem, aliada à estabilidade do sistema internacional, por meio da segurança americana, prosperidade e possibilidades de expansão, além da cooperação e da democracia.

Portanto, neste capítulo, realiza-se um apanhado histórico mais aprofundado da política externa norte-americana, com ênfase no período entre o início da Guerra Fria até o 11 de Setembro de 2001.

3.1 A política externa dos Estados Unidos: uma revisão histórica

Segundo Kissinger (1994), os Estados Unidos influenciaram decisivamente as relações internacionais durante o século XX. A entrada norte-americana na Primeira Guerra Mundial em 1917 revelou a força de seus ideais e direitos e, desde então, os

diversos acordos internacionais firmados pela comunidade internacional possuem incorporações dos valores norte-americanos.

Segundo Pecequilo (2011), os Estados Unidos sentiam-se como um país que deveria transmitir seus valores para a humanidade, servindo-lhe como um exemplo a ser seguido, primeiro através da consolidação e depois pela expansão da democracia e liberdade. O Destino Manifesto[7] foi uma das primeiras representações da manifestação desses princípios. Em nome da democracia e dos valores universais, os Estados Unidos construíram um império diferentemente da maneira como as nações europeias o fizeram, evitando políticas de conquista e anexação territorial.

Nesse sentido, Pecequilo (2011, p. 122) destaca:

> A existência dessa visão de mundo sustentada pela democracia e pela liberdade conviveu tranquilamente com uma percepção bastante pragmática do mundo e dos interesses e possibilidades norte-americanas dentro dele, evidenciando um equilíbrio constante entre o pragmatismo e o idealismo. Assim, foi possível coordenar ações de expansão de interesses e poder com justificativas amplas que induziram a escolha de diferentes estratégias de formulação e implementação de sua política externa. No comportamento norte-americano, isso fundamentalmente se refletiu nos conteúdos de políticas como a defesa do isolacionismo e do unilateralismo, passando pela afirmação da hegemonia regional, até chegar à expansão das fronteiras, à construção do império e às portas abertas.

Até o início do século XX, a política externa dos Estados Unidos era do tipo isolacionista, prática considerada defensiva e presente desde a sua independência em 1776, em que predominavam princípios considerados essenciais como a neutralidade e o não alinhamento aos países europeus, com a presença, inclusive, da ideia da divisão entre “Antigo” e “Novo Mundo”. Havia o desejo da não subordinação à Europa e a necessidade de focar a sua atenção ao próprio sistema de interesses e o de desenvolver a liderança frente à América Latina. Além disso, houve um aumento dos investimentos externos norte-americanos (multinacionais) principalmente na Europa e na América Latina (BORTOLUCI, 2005).

Ainda de acordo com Bortoluci (2005), essa tendência ao isolacionismo fora iniciada por George Washington, um dos heróis da independência e primeiro presidente dos Estados Unidos, e Thomas Jefferson, principal autor da Declaração

[7] O Destino Manifesto pode ser definido como uma doutrina norte-americana baseada em princípios religiosos que justificava a conquista de novos territórios para anexá-los aos EUA. Segundo essa doutrina, os norte-americanos são um povo abençoado por Deus e escolhidos para levar conhecimento aos povos inferiores da América do Norte (COSTA, 2011).

de Independência e terceiro presidente dos Estados Unidos. O primeiro declarou, em 1797, que a regra de conduta entre as nações deveria englobar diversas relações comerciais e quase nenhuma relação política. Nessa mesma linha de pensamento, Thomas Jefferson defendeu, em 1801, a igualdade entre os homens e a paz, o comércio e a amizade entre as nações, excetuando as alianças políticas, que não deveriam existir[8].

De acordo com Pecequilo (2011), a política externa norte-americana, até 1944, não esteve muito envolvida com o sistema internacional. As intervenções eram apenas periódicas e localizadas. As prioridades norte-americanas englobavam o experimento dos Estados Unidos e sua expansão, incluindo as expansões de fronteiras políticas, estratégicas e econômicas e a preservação do isolamento. Entretanto, os acontecimentos impactantes da época obrigaram a mudança dos objetivos norte-americanos, incluindo uma maior participação do país nos assuntos e decisões internacionais, modificando, dessa forma, seu perfil tradicional. A própria ideia de construção da nova ordem internacional já representou um distanciamento da tradicional política isolacionista.

Ainda segundo Pecequilo (2011, p. 126), essa mudança se traduziu:

> [...] menos no domínio irrestrito e na imposição da hegemonia e mais na escolha de uma estratégia para promover o interesse nacional por meio da construção de uma ordem cooperativa liderada pelos Estados Unidos, garantindo a existência de um ambiente internacional estável e favorável à expansão norte-americana. [...] o wilsonianismo[9] lançou as bases fundamentais do internacionalismo liberal norte-americano, definindo a promoção da democracia, das liberdades individuais e da cooperação como prioridades da política externa.

Em seu artigo, Bortoluci (2005) cita o fim da Segunda Guerra Mundial como um acontecimento que alterou profundamente a política externa norte-americana. Primeiro, porque o término da guerra levou alguns países da Europa a uma profunda exaustão e a um importante declínio na representação no sistema internacional. Segundo, porque os benefícios econômicos e militares adquiridos pelos Estados

---

[8] Cerca de um século depois surgiu uma escola de pensamento chamada idealismo, que aproxima-se da linha defendida por George Washington e Thomas Jefferson. O idealismo ou, como Edward Carr denomina, a utopia, acredita que o mundo deve ser imaginado de modo a adapta-lo à política de um Estado. Ele pode rejeitar a realidade e substitui-la por sua utopia de maneira voluntária (CARR, 2001).

[9] O wilsonianismo foi desenvolvido no governo de Woodrow Wilson (1913-1921) ao final da Primeira Guerra Mundial. Wilson considerava que havia um papel central para a ação norte-americana e que somente com a participação dos Estados Unidos na política internacional é que esta se transformaria consideravelmente (PECEQUILO, 2011).

Unidos na guerra os elevaram ao *status* de grande potência, com destaque para o aumento de sua capacidade industrial, de sua marinha, considerada a maior do mundo e de seu domínio aéreo. Além disso, os Estados Unidos eram os únicos detentores da bomba atômica até 1949. Em terceiro lugar, a importância da União Soviética no sistema internacional crescia juntamente com a dos Estados Unidos. Todos esses fatores ajudaram o país a chegar ao lugar de destaque no cenário internacional, com a necessidade de mudança na sua política externa, o que representou, sem dúvida, a maior oportunidade de crescimento, tanto econômica, política e militarmente, como ideologicamente, desenvolvendo de maneira estratégica seu grande poder de persuasão.

Pecequilo (2011) diz que o encerramento da Segunda Guerra Mundial representou a recuperação da construção da ordem, pois os Estados Unidos estavam “decididos a ganhar a paz”. Nesse período foi inaugurado o último dos ciclos de expansão da política externa norte-americana, com a busca da consolidação internacional do interesse dos Estados Unidos. Portanto, o pós-guerra, em 1945, foi o momento da construção de uma nova ordem internacional, com a formação de novos padrões de relacionamento e comportamento político entre as nações a fim de que fosse evitado um novo conflito global.

É necessário salientar que uma política externa faz-se também com a intervenção presidencial com base na construção da ordem e da contenção. O que Bortoluci (2005) quer dizer com isso é que essa intervenção tem um papel fundamental na definição das políticas, pois elas não são apenas uma resposta automática a acontecimentos sistêmicos. E essa ideia de construção de uma ordem internacional significa que o país está se distanciando de sua política externa isolacionista. O autor ainda destaca que essa mudança na política externa se dá em torno de seus elementos principais de acordo com as mudanças no sistema internacional e na maneira como seus formuladores domésticos as percebem.

De acordo com McDougall (1959), citado por Pecequilo (2011, p. 128):

> [...] os Estados Unidos começaram a promover um salto qualitativo em sua política externa, visando o estabelecimento de estratégias que lhes permitissem modificar o mundo em seu benefício e no das demais nações por meio da promoção da democracia e do liberalismo econômico. [...] o processo de construção da ordem foi uma expressão prática da missão norte-americana de moldar o mundo à sua imagem e semelhança [...].

Da mesma forma, Pecequilo (2011) descreve que os Estados Unidos se beneficiaram pela queda de seus adversários e por sua própria ascensão. Como o país sofreu pequenas perdas na guerra, pôde recuperar sua economia e se expandir. Ademais, como fazia parte da aliança vitoriosa, possuía poder político e diplomático, o que viabilizou estratégias militares e a dominação do mercado de armas nucleares.

Frente a isso, pode-se destacar os desafios que deveriam ser enfrentados no cenário internacional, segundo Pecequilo (2011, p. 125):

> [...] reformular a política externa e a estratégia dos Estados Unidos em reposta aos desenvolvimentos da Segunda Guerra Mundial, atuando positivamente na promoção de uma nova ordem no sistema que refletisse com fidelidade a realidade de poder da época e, mais importante, que favorecesse a perseguição e a ampliação dos interesses norte-americanos dentro do sistema internacional.

Aqui vale ressaltar que a busca por uma posição hegemônica no sistema internacional envolveu indiretamente uma estratégia que utilizou posturas tradicionais da política externa norte-americana. Como afirma Pecequilo (2011), os movimentos de descolonização a partir da segunda metade dos anos 1950 após o declínio das potências europeias tiveram o apoio norte-americano. A autora (2011, p. 125) ainda destaca:

> [c]ontrariando alguns de seus mais importantes aliados, como Grã-Bretanha e França, os Estados Unidos possuíam uma política abertamente anticolonial e anti-imperialista, incentivando o encaminhamento dos processos de independência. O anti-imperialismo norte-americano é sustentado por posturas tradicionais da política externa, cujas prioridades são a autodeterminação dos povos e a defesa e a promoção de arranjos democráticos e liberais. Além disso, é amparado por preocupações práticas: garantir, com o fim das colônias, o desaparecimento da influência europeia no sistema e assegurar o seu respectivo poder em novas áreas.

A “brecha para a busca da hegemonia global”, como Saraiva (2006) conceitua, caracterizou esse período em que os Estados Unidos patrocinaram a reconstrução da Europa destruída pela guerra. Porém, segundo Pecequilo (2011), isso foi feito com o menor custo político, já que uma intervenção significativa na política europeia acarretaria possíveis ameaças à segurança do país, não fazendo parte, portanto, dos interesses norte-americanos naquela época.

A despeito do que foi acima descrito, essa construção de uma nova ordem internacional, patrocinada pelos Estados Unidos, limitava o próprio poder norte-americano, uma vez que as regras e instituições existentes a partir do pós-guerra, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), foram criadas pelo próprio país, permitindo, dessa maneira, uma participação igualitária dos demais países, deixando de lado o medo de dominação e coerção (PECEQUILO, 2011).

Pecequilo (2011, p. 132) cita Ikenberry e Kupchan (1990), que falam sobre a evolução do processo de construção da ordem e a sua consolidação:

> Durante a Segunda Guerra Mundial e em seu imediato encerramento, os Estados Unidos articularam um conjunto surpreendentemente elaborado de normas e princípios para guiar a construção da ordem internacional. Em sua formulação inicial, como articulada pela administração Roosevelt, estas normas representavam uma visão de ordem política e econômica organizada em torno das ideias do multilateralismo liberal [...] a socialização desempenhou um papel importante na construção da ordem do pós-guerra. A proliferação das normas liberais multilaterais, tanto através da imposição externa como da reconstrução interna, deu ao sistema um conjunto de valores que eventualmente lhe permitiria funcionar facilmente e de forma consistente com os interesses norte-americanos. Até o final dos anos 50, os esforços norte-americanos de socialização internacional foram bem-sucedidos. Um conjunto de normas multilaterais liberais tinha, em vários graus, feito raízes na Europa Ocidental e no Japão.

É importante destacar que o exercício da hegemonia norte-americana levava à fácil aceitação pelas demais potências, uma vez que o país buscava o domínio e não a conquista, não cedendo lugar, dessa maneira, para possíveis contestações, já que era uma forma aberta de exercício, permitindo, inclusive a introdução de demandas internas (PECEQUILO, 2011).

3.1.1 A Guerra Fria e a transição da política externa norte-americana

A própria evolução da Guerra Fria corresponde ao período de maior transformação da política externa norte-americana. Tal política externa e as relações internacionais passaram a ser interdependentes, levando os Estados Unidos a analisarem os custos e benefícios de seu envolvimento efetivo no sistema, uma vez que sempre desejaram permanecer neutros em relação às questões internacionais. As várias fases pelas quais a Guerra Fria passou corresponderam às diversas

presidências pelas quais os Estados Unidos passaram e a isso foram acrescentadas novas prioridades e temas à agenda, modificando, dessa forma, a ação norte-americana no sistema internacional entre 1947 e 1989. A readequação norte-americana ao novo sistema e à nova condição de poder pós-Segunda Guerra levaram a sua agenda a evoluir em duas novas direções: a construção da ordem, como visto anteriormente, e a contenção. E isso, como bem define Pecequilo (2011, p. 123), representou a “passagem definitiva dos Estados Unidos para a idade adulta de suas relações internacionais, caracterizada pela hegemonia e pelo internacionalismo”.

A partir da Guerra Fria, segundo Pecequilo (2011), a política externa norte-americana tomou um novo rumo, com enfoque na política de contenção, iniciada na administração de Henry Truman (1945-1953). Até 1989, devido às transformações das relações internacionais e da sociedade norte-americana, a política externa dos EUA sofreu alterações, mesmo porque o período da Guerra Fria foi marcado por diferentes escolhas e estratégias.

Dessa forma, é necessário que se apresente as características e a evolução da política externa norte-americana durante o período da Guerra Fria, pois foi durante esse acontecimento, marcado pela bipolaridade entre os Estados Unidos e a URSS, que se definiram os paradigmas da política externa dos EUA no que se refere ao alinhamento ou não aos blocos ocidental e oriental. Portanto, a apresentação dessa evolução estará baseada nas ideias discutidas por Pecequilo (2011).

A política de contenção, característica do período pós-guerra até 1989, estava centrada em três objetivos: conter a União Soviética, conter o comunismo e promover e expandir a democracia e o livre mercado. Durante a Guerra Fria, as duas superpotências da época, Estados Unidos e União Soviética, eram inimigos declarados e não houve nenhum período sequer em que as tensões entre elas tenham desaparecido. A bipolaridade orientou a política das nações e a lógica sempre foi a do confronto, com períodos de maior ou menor disputa e cooperação (PECEQUILO, 2011).

Também de acordo com Pecequilo (2011), a ameaça nuclear foi outra grande característica da época, que ficou conhecida pelo chamado equilíbrio do terror. Nesse momento, as armas nucleares eram um importante recurso de poder que não poderia ser utilizado devido ao perigo de destruição em massa. As disputas, que incluíam as dimensões política, econômica, diplomática e social, atingiram a área

nuclear, na qual houve uma intensa corrida para obtenção de melhores armas. A comparação das duas superpotências incluía desde o alcance das armas até a capacidade de ataque.

Como todo período histórico, a Guerra Fria passou por várias fases: a Confrontação, que marcou os anos entre 1947 e 1962; a Coexistência, entre 1963 e 1969; a *Détente*, de 1969 a 1979; a Confrontação Renovada, de 1979 a 1985; e, por fim, a Retomada do Diálogo, que se estendeu desde 1985 até o encerramento da Guerra Fria em 1989. Essas fases foram marcadas por mudanças dos atores e dos cenários, definindo o desenvolvimento da bipolaridade, da inserção e da política externa norte-americana (PECEQUILO, 2011).

A primeira fase da Guerra Fria, denominada de Confrontação, estabeleceu os parâmetros de relacionamento entre Estados Unidos e União Soviética. Essa fase é dividida em dois períodos, o formativo (1947-1955) e o evolutivo (1955-1962). O período inicial é caracterizado pela hegemonia norte-americana, conhecido como a *pax americana.* A União Soviética conseguiu a paridade estratégica apenas no período subsequente, acirrando, dessa maneira, a disputa bipolar (PECEQUILO, 2011).

Também segundo Pecequilo (2011), foi nessa fase da Guerra Fria que a estratégia norte-americana, a Doutrina Truman[10], foi posta em prática através de duas medidas principais: o Plano Marshall[11] e a OTAN[12]. Além disso, outras instituições e organismos políticos, econômicos e diplomáticos, como a ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, foram construídos. Foi essa a fase mais ativa da contenção. Foi durante essa fase também, ao longo da presidência Truman (1945-1953), que as bases militares convencional e nuclear norte-americanas foram fortalecidas. Nesse ponto, a superioridade militar foi a forma de garantir supremacia ante a União Soviética.

---

[10] A Doutrina Truman foi elaborada durante a Guerra Fria pelo presidente norte-americano Henry Truman a fim de defender o mundo capitalista do comunista. Esta doutrina marcou o início das disputas geopolíticas da Guerra Fria. Além disso, ela foi elaborada com o intuito de evitar a expansão soviética (XAVIER, 2010).

[11] O Plano Marshall foi um aprofundamento da Doutrina Truman anunciada pelo secretário de Estado norte-americano George Marshall com o objetivo de apoiar econômica e militarmente a Europa durante a Guerra Fria (XAVIER, 2010).

[12] Segundo Saraiva (2006), a OTAN é uma aliança militar criada durante a Guerra Fria com o intuito de defesa contra possíveis ataques militares soviéticos.

Pecequilo (2011) ainda afirma que após esse período formativo, seguiu-se o evolutivo, que se iniciou com o fim da Guerra da Coreia[13], onde foi estabelecida a regra de conduta entre os Estados Unidos e a União Soviética, que evitariam utilizar seu arsenal para enfrentamento direto. Nessa fase, as duas superpotências mostraram-se mais inimigas reproduzindo profundas rivalidades entre elas.

As próximas administrações mantiveram os preceitos utilizados na presidência Truman:

> A Guerra Fria seria lutada à maneira de Truman. Existiriam enfrentamentos na periferia, mas nenhum entre os grandes poderes. A América iria estender suas posições de força em torno do império comunista [...] Os Estados Unidos não fariam arranjos ou compromissos com a Rússia ou China [...] construiriam as forças armadas mais poderosas que o mundo já conhecera e, se necessário, defenderiam sozinhos as barricadas da liberdade. Quando Truman se tornou presidente, ele liderou uma nação ansiosa para retornar [...] à histórica política externa norte-americana de não-envolvimento. Quando ele deixou a Casa Branca sua herança fora uma presença norte-americana em todos os continentes do mundo [...] decisivamente afastou a América da política dos anos 30 de desarmamento unilateral e neutralidade [...] estabeleceu a política de contenção dos inimigos da América ao invés de sua destruição (AMBROSE, 1993, citado por PECEQUILO, 2011. p. 172).

Para Gaddis (1998), citado por Pecequilo (2011, p.163), em 1947

> [...] a política externa norte-americana poderia ter percorrido cinco caminhos diferentes, optando por formas diversas de implementar a contenção. E, como veremos, todos esses caminhos acabaram, na verdade, sendo trilhados em um momento ou outro da Guerra Fria, representando ajustes no exercício da liderança norte-americana, adequando-se à transformação do sistema, de sua posição relativa e dos novos fenômenos e temas das relações internacionais. As cinco alternativas que perpassaram a política da contenção são: a derrubada do regime soviético, a competição, a coexistência competitiva, seletiva dentro de uma estrutura geral do relacionamento, a coexistência cooperativa fundamentada em interesses compartilhados e a produção de uma mudança decisiva na estrutura interna da União Soviética.

Em relação à derrubada do regime soviético e à produção de uma mudança decisiva na estrutura interna da União Soviética, essas eram alternativas difíceis e arriscadas segundo os norte-americanos, pois essa era uma mudança profunda que vinha de dentro e que podia levar à completa desagregação do adversário. Já em

[13] A Guerra da Coreia (1950-1953) ocorreu quando a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul com o desejo de anexá-la. Como os Estados Unidos eram aliados da Coreia do Sul, eles decidiram intervir e ocuparam a Coreia do Norte, que obteve ajuda da China. As lutas durante o restante da guerra foram travadas no paralelo 38, que delimitava a fronteira entre as duas Coreias (ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2010).

relação à alternativa da competição, destaca-se como prioridade máxima a restrição da influência soviética de todas as formas, com o argumento de que entre as duas potências não existia qualquer interesse comum, e que através da constante ação norte-americana, a decadência soviética era uma questão de tempo. O objetivo da coexistência competitiva era o de desenvolver uma relação racional entre Estados Unidos e União Soviética. Tanto essa coexistência competitiva como a cooperativa existiram para promover algum contato entre as superpotências através do diálogo. Por isso, deve haver um misto de competitividade e cooperação entre elas. No caso dos Estados Unidos e da União Soviética, havia o interesse de prevenir a guerra nuclear e as mudanças drásticas no equilíbrio de poder mundial, ou seja, a estrutura das relações internacionais continuaria sendo dominada por eles (PECEQUILO, 2011).

Na coexistência cooperativa, o intuito era preservar a ordem mundial. Nesse sentido, segundo Gaddis (1998), citado por Pecequilo (2011, p.164-165), existiam os seguintes pressupostos:

> [...] que os interesses geopolíticos superam a importância dos interesses ideológicos; que os Estados Unidos e a União Soviética, a despeito de ideologias conflitantes, compartilhavam interesses que iam além de simplesmente perpetuar o sistema internacional; que tais interesses envolviam um equilíbrio de poder e não tanto sua expansão unilateral; e que os interesses norte-americanos seriam melhor e mais facilmente atingidos ao procurar a cooperação com a União Soviética em múltiplos níveis de atividade do sistema.

Na administração seguinte, a de Dwight Eisenhower (1953-1961), os objetivos da política externa norte-americana seriam o de ser uma política mais assertiva e positiva, enfatizando a libertação dos povos que estavam sob o amparo dos comunistas. A partir daí, a estratégia da contenção seria mais ativa ao invés de preventiva, com o impedimento da expansão soviética e também de sua regressão nas áreas conquistadas. A política antissoviética norte-americana passou a ser política anticomunista, pois é o comunismo que ameaça o mundo. Pecequilo (2011, p.173-174) também cita Spanier (1992):

> mudou a política externa dos Estados Unidos de uma orientação estritamente antissoviética para uma cruzada comunista mais ampla [...] De fato, o objetivo da política externa norte-americana se tornou anticomunista: a expansão de qualquer membro do bloco sino-soviético, como passou a ser chamado, deveria ser impedida. Todos os Estados comunistas eram

> agora considerados inimigos, a despeito de serem grandes ou pequenos, estrategicamente localizados ou não [...]

O “Novo Olhar”, como ficou conhecida a proposta de Eisenhower, tinha um foco quase que exclusivamente no poder nuclear, com o intuito de melhorar a habilidade em construir e utilizar esse tipo de armamento, e de investir tecnologicamente nesse poder até que fosse suficiente para derrotar o adversário. Dessa maneira, a retaliação massiva e o *brinksmanship*[14] eram duas estratégias necessárias para evitar as ameaças soviéticas. Além disso, caso fosse preciso, os Estados Unidos usariam seu poder nuclear de destruição (PECEQUILO, 2011).

A estratégia da *détente* foi desenvolvida nos anos 1970 e representou um novo momento para as relações internacionais norte-americanas. Idealizada por Richard Nixon e Henry Kissinger, essa estratégia desejava transformar a cara da política externa dos Estados Unidos. Eles a consideravam como uma estratégia geopolítica de longo prazo, tentando alcançar um novo rumo para a diplomacia norte-americana, fugindo, portanto, dos velhos padrões idealistas. Porém, o auge da *détente* durou apenas o tempo em que Nixon e Kissinger deixaram suas marcas significativas no governo norte-americano, ou seja, até 1974, quando ocorreu o *impeachment* de Nixon. Em seu discurso de posse, Nixon (1969), citado por Pecequilo (2011, p. 190), deixa claro o que essa estratégia significaria para a política externa norte-americana:

> Deixe-nos tomar como objetivo: onde a paz é desconhecida, fazê-la bem-vinda; onde a paz é frágil, fazê-la forte; onde a paz é temporária fazê-la permanente. Depois de um período de confrontação, estamos entrando em uma era de negociação. Que todas as nações saibam que durante esta administração, nossas linhas de comunicação estarão abertas. Não podemos fazer de todos nossos amigos, mas podemos tentar não fazer nenhum inimigo. Aqueles que seriam nossos adversários, convidamos para uma competição pacífica [...] com aqueles que estão dispostos a se unir, cooperemos para reduzir os ônus das armas, fortalecer a estrutura da paz [...]

Com a emergência global da União Soviética nesse período, os Estados Unidos passavam a ter uma posição mais defensiva. Ademais, precisavam lidar, como fala Pecequilo (2011, p. 191) “com a sua queda como potência, as incertezas

[14] A estratégia *brinkmanship* permite que a parte que faz a ameaça extraia algo positivo da vítima, mesmo que essa ameaça seja prejudicial para ambas as partes. No caso dos Estados Unidos, eles utilizaram a ameaça nuclear durante a Guerra Fria para que os conflitos fossem ou barrados ou solucionados. O *brinkmanship* é considerado uma estratégia perigosa (SCHWARZ E SONION, 2008; PECEQUILO, 2011).

do Vietnã, a ausência de um consenso interno sobre prioridades externas e um sentimento isolacionista crescente". Em relação ao Vietnã, os Estados Unidos precisavam recuperar seu poder de iniciativa, promovendo sua retirada. A Doutrina de Nixon, criada entre 1969 e 1970, definia as premissas básicas da política externa dos Estados Unidos, os quais manteriam o compromisso com a defesa de seus aliados e também com a sua agenda externa.

Henry Kissinger, que foi assessor da Segurança Nacional norte-americana entre 1968 e 1975, criticava ativamente a política de contenção, que teria um caráter relativamente passivo e excessivamente idealista. Da mesma forma, a estratégia da *détente* também foi considerada como uma quebra nos padrões, assim como havia ocorrido anteriormente com a política de contenção. Segundo Kissinger (1994, p. 742):

> [a] abordagem de Nixon para a política externa desafiava o excepcionalismo norte-americano e seu imperativo de que a política tem que ser baseada sobre uma afirmação de valores transcendentais. O desafio da América, como Nixon e seus assessores o percebiam, era adaptar estas verdades tradicionais a um novo ambiente internacional. A experiência doméstica norte-americana a levara a interpretar a ordem internacional como sendo essencialmente benigna e sua diplomacia como uma expressão de boa vontade e desejo de compromisso. Neste esquema de coisas, a hostilidade era percebida como uma aberração. A política externa de Nixon, por outro lado, percebia o mundo como composto de desafios ambíguos, de nações motivadas por interesses ao invés da boa vontade e de mudanças graduais e não de finais – um mundo, em resumo, que poderia ser administrado, mas que não poderia ser nem dominado ou rejeitado. [...] Tal mundo requeria uma política externa destinada ao poder tanto quanto à salvação.

Ao final da Guerra do Vietnã em 1975, o não envolvimento com os problemas políticos europeus tornou-se uma estratégia rigorosa por parte dos Estados Unidos, com o intuito de dirigir sua atenção aos interesses nacionais. Caso a intervenção fosse necessária, esta teria um prazo limitado (WESSON, 1978).

Nesse ponto, pode-se citar a afirmação que Pecequilo (2011) faz em relação a esse desejo de manter a ordem como unipolar. Os Estados Unidos queriam preservar o equilíbrio de poder que fosse favorável a eles, mesmo que isso significasse não apoiar nações antissoviéticas. Alguns autores consideram a estratégia de contenção voltada exclusivamente à União Soviética e aos próprios aliados norte-americanos, impedindo, dessa forma, a emergência de potências com poderes comparáveis aos norte-americanos.

O fim da estratégia da *détente* teve seu início ainda no governo de Jimmy Carter (1977-1981), quando uma nova imagem dos Estados Unidos era necessária. Carter aumentou os gastos no setor de defesa e políticas de pressão sobre a União Soviética. A eleição de Ronald Reagan em 1980 representou uma esperança para melhorar a imagem dos Estados Unidos diante do mundo. A administração de Reagan encaminhou o país para o fim da Guerra Fria e pode ser dividida em dois períodos: o primeiro entre 1981 e 1985 se caracterizou novamente pela disputa com a União Soviética, chamado de Confrontação Renovada ou Segunda Guerra Fria. O segundo período, entre 1985 e 1989, se caracterizou pela cooperação entre as duas potências (PECEQUILO, 2011).

Para Pecequilo (2011), Reagan conseguiu reconduzir os Estados Unidos, retomando a confiança e buscando novos caminhos através da força, da democracia e da liberdade. Sua política externa foi considerada a mais eficiente de todas, pois, ao mesmo tempo em que retomou os preceitos da política de contenção, com o retorno norte-americano ao ambiente internacional, Reagan conseguiu chegar a seu fim. A relação entre Estados Unidos e União Soviética passou de confrontação intensa para cooperação conforme a evolução do cenário internacional. Sobre isso, Gaddis (1991), citado por Pecequilo (2011, p. 203) fala que entre 1981 e 1989:

> [o] presidente Reagan parece ter entendido – ou aprendido rapidamente – os perigos de ter uma política externa baseada somente em ideologia; ele combinava militância com um grau surpreendente de pragmatismo operacional e mostrou um senso de *timing*. Para a surpresa de seus próprios defensores da linha dura, o que parecia ser um retorno entusiasmado à Guerra Fria, na verdade se revelou como uma abordagem mais ousada da *détente* do que as administrações Nixon, Ford ou Carter foram capazes de conseguir.

A estratégia de Reagan era se aproveitar da fraqueza soviética e, com isso, impedir que ela se recuperasse ou que tivesse acesso a novas tecnologias. Essa autoconfiança e força norte-americanas os ajudaram a derrotar o inimigo, sendo, portanto, a última tarefa da Guerra Fria. Além disso, os ganhos políticos e militares soviéticos poderiam ser revertidos através de seu recuo. Outro ponto fundamental para a vitória norte-americana era a eliminação da vulnerabilidade militar dos Estados Unidos ante a União Soviética com um programa de rearmamento rápido e extensivo.

Ainda segundo Pecequilo (2011), alguns analistas consideram esse *military build-up* da administração Reagan como o fator mais importante para o encerramento da Guerra Fria. Quando a União Soviética tentou acompanhar a corrida armamentista imposta pelos norte-americanos, percebeu que não possuía nem recursos nem tecnologia para tanto, tendo que abrir mão da disputa.

Sobre isso, Pecequilo (2011, p. 205) comenta:

> Dentro desse *build-up* estavam previstos o aumento das forças convencionais norte-americanas na OTAN e, o grande golpe sobre os soviéticos, um sistema de defesa contra ataques nucleares que tornaria inútil o arsenal soviético, conhecido como Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), ou Guerra nas Estrelas [...] Em termos de política externa, a ofensiva norte-americana reproduzira os primeiros momentos da contenção, permitindo ao país passar da posição defensiva e reativa dos anos 70 para uma agressividade e combatividade aberta novamente.

De acordo com Pecequilo (2011), quando o último presidente norte-americano da Guerra Fria, George Bush, tomou posse em janeiro de 1989, as expectativas eram que o bom relacionamento entre Estados Unidos e União Soviética continuasse. Os dois lados reconheciam que a nova *détente* da Guerra Fria permitia várias possibilidades de cooperação, indicando um equilíbrio de poder mais cooperativo e pacífico. Entretanto, a nova *détente* durou apenas alguns meses, até a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989, que sugeriu o fim da bipolaridade. Por outro lado, para alguns analistas, o fim da Guerra Fria só aconteceu em 1991, quando houve a dissolução da União Soviética. Foi nesse ponto que os Estados Unidos podiam dizer definitivamente que seu rival não mais existia.

3.1.2 A política externa do Pós-Guerra Fria

Gomes (2007) cita o período que se inicia após a queda do Muro de Berlim, que marca o fim da Guerra Fria, como o que modificou de forma significativa os rumos da atuação internacional dos Estados Unidos. A estratégia da *Primazia* seria a ideal para a manutenção da paz no mundo, segundo argumentam os adeptos dessa visão. Huntington (1993), citado por Guimarães (2002), explica que na busca pela primazia internacional prevalece a manutenção da segurança do Estado, além da garantia de seus interesses, sem utilizar o recurso da guerra como um meio de atingi-los.

Com a queda do Muro de Berlim e, consequentemente, da Guerra Fria, os Estados Unidos conseguiram consolidar-se como a única superpotência do sistema internacional. Pôde-se observar um período caracterizado pela mudança, na qual a interdependência, a globalização e o reordenamento das posições relativas dos Estados foram desencadeadas e aprofundadas. Por outro lado, outra característica desse período foi a continuidade, ou seja, as bases política, econômica e de segurança que os Estados Unidos criaram após a Segunda Guerra Mundial foram mantidas, preservando, dessa forma o padrão de relacionamento entre os Estados (PECEQUILO, 2011).

Novamente, a não intervenção dos Estados Unidos em meio às revoluções que se sucederam à Guerra Fria, descreve para alguns uma falta de estratégia e para outros um comportamento pragmático devido ao cenário que estava estremecido, refletindo o encerramento da Guerra Fria somado à indefinição do futuro da ordem do sistema. A partir de 1990, iniciou-se o desafio para a reestruturação do cenário internacional em que havia novas possibilidades de poder aliadas aos novos fluxos internacionais (PECEQUILO, 2011).

A Europa foi o cenário estratégico escolhido para a concentração das preocupações norte-americanas após a Guerra Fria. Os Estados Unidos reafirmaram seu engajamento no continente e a preservação da OTAN foi fundamental para que o equilíbrio e a paz continuassem a vigorar. Além disso, a nova ordem continuaria a investir no projeto de integração europeia e a realizar seus objetivos políticos e econômicos. Os Estados Unidos também demonstraram disposição para que as transições do Leste e do Oeste fossem feitas de forma pacífica.

O local do primeiro passo da construção da nova ordem foi a Alemanha, onde a queda do Muro de Berlim simbolizou o término da disputa entre soviéticos e norte-americanos e o encerramento da cortina de ferro na Europa. O muro simbolizava a divisão do mundo em Leste-Oeste e a sua derrubada representou um problema institucional que era a reintegração das duas Alemanhas. Para os analistas, segundo Pecequilo (2011), esse problema significava não só o fim da Guerra Fria, mas também o fim definitivo da Segunda Guerra Mundial e da ordem do pós-guerra. Porém, o passado da Alemanha ainda despertava certa desconfiança, mesmo que, juntamente com a França, ela tenha sido o motor da integração europeia. Porém, os Estados Unidos permaneceram distantes dessa transição, não empreendendo nenhuma iniciativa política ou econômica para a consolidação desse processo.

Além disso, os EUA desejavam manter o momento como unipolar. Sobre isso, o então presidente da época, George H. W. Bush descreve a visão sobre a estratégia da *Primazia* em trechos publicados no New York Times de 8 de março de 1992, citado por Gomes (2007, p. 6):

> Nosso objetivo primordial é evitar a re-emergência de um novo rival, seja no território da ex-URSS, seja em qualquer outro lugar, capaz de se apresentar como uma ameaça como outrora foi a URSS. Esta é a consideração predominante que alicerça toda a nossa estratégia de defesa e necessita que atuemos de forma a prevenir que qualquer potência hostil domine uma região cujos recursos a capacitariam a se tornar uma potência global. Dentre as regiões, destacam-se a Europa Ocidental, Leste Asiático, o antigo território soviético e o Sudoeste Asiático.

Em 1992, o presidente eleito Bill Clinton viu-se engajado em questões internas, com a promoção de renascimento e prosperidade do país através da recuperação da economia e da sociedade norte-americanas. As questões envolvendo a política externa estavam voltadas para o desenvolvimento interno. Era o pilar da agenda dos Estados Unidos para retomar sua liderança econômica no sistema internacional.

Para o segundo plano, estavam a reestruturação das forças armadas e a promoção das democracias e livres-mercados. O objetivo era, portanto, proteger os interesses norte-americanos internos e externos. O presidente Bill Clinton foi considerado um homem que renovaria os Estados Unidos, ou seja, transformaria novamente o país, estabelecendo um novo equilíbrio entre os setores interno e externo, “celebrando o mistério da renovação da América em uma era de perigo e promessa”, segundo Pecequilo (2011, p. 311).

Em 1993, os Estados Unidos apresentaram uma proposta para a política externa, definida por Clinton como a nova estratégia norte-americana para o pós-Guerra Fria, que tinha como objetivo substituir o modelo da contenção, a chamada estratégia do engajamento e da expansão. Essa estratégia partia de avaliações sobre a natureza do sistema internacional e do papel que os Estados Unidos exercem nele. Nessas avaliações, segundo Lake (1993), assessor de Segurança Nacional dos EUA, citado por Pecequilo (2011, p. 312), o sistema internacional possuía as seguintes características:

> [A] disseminação acelerada e generalizada dos valores patrocinados pelos Estados Unidos, com o fortalecimento das democracias e dos livres mercados; a manutenção da liderança internacional dos Estados Unidos; o

> aumento da instabilidade mundial causada pela emergência dos conflitos étnicos; e a aceleração e o aprofundamento das mudanças no sistema.

Ainda segundo Lake (1993), citado por Pecequilo (2011, p. 313), “a expansão da democracia e da economia de mercado em outras nações permitirá que nossa própria nação seja mais segura, próspera e influente e o mundo mais próspero e pacífico”. Pecequilo (2011, p. 313) também apresenta as quatro prioridades da nova estratégia:

> 1. Fortalecer o núcleo principal das democracias de mercado, inclusive a norte-americana, favorecendo a disseminação dos valores e princípios democráticos para todo o sistema a partir dessa comunidade.
> 2. Incentivar, quando possível, a implementação e a consolidação de novas democracias e livres mercados em Estados significativos e importantes.
> 3. Impedir a agressão de Estados hostis à democracia e incentivar a sua liberalização por meio de políticas específicas.
> 4. Perseguir uma agenda humanitária para a melhora das condições para que eventualmente essas comunidades possam integrar-se ao sistema pacífica e democraticamente.

Em seu segundo mandato (1997-2001), Clinton se mostrou mais ativo no setor externo. Recuperou o relacionamento com as outras grandes potências, expandiu a OTAN e a acelerada economia. Nesse período, o uso da força pelos Estados Unidos também foi uma constante e não tão controlado pela comunidade internacional, com a acentuação do unilateralismo em função de ameaças aos interesses nacionais norte-americanos.

Mesmo logo após o término da Guerra Fria, a estratégia dos Estados Unidos foi a de impedir que alguma potência rival surgisse. Por isso, os gastos militares nessa época foram grandes, financiando seu complexo industrial-militar e a manutenção de diversas tropas em várias regiões do mundo. A partir daí, os inimigos passaram a ser representados pelo fundamentalismo islâmico e pelo terrorismo internacional (BANDEIRA, 2008). O mesmo autor fala sobre a situação norte-americana nessa época e sobre seus novos inimigos:

> E após o esbarrondamento da União Soviética e de todo o Bloco Socialista, o terrorismo e o narcotráfico configuraram os novos inimigos a combater, porquanto não mais havia outro Estado ou bloco de Estados com capacidade de desafiar e por em risco o sistema econômico, social e político dos Estados Unidos, cuja força militar se tornara, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a única no mundo a ter como principal missão, não a defensiva, mas a ofensiva, não a de guardar as fronteiras nacionais, mas a de projetar seu poder sobre todos os continentes, nos quais instalou

> seis comandos militares, que caracterizam o domínio imperial (BANDEIRA, 2008, p. 14).

Diante de tudo o que foi exposto até agora e de acordo com o conceito de política externa apresentado no capítulo anterior, percebe-se que o padrão seguido pelo tomador de decisão ao fazer a política externa de seu Estado não muda muito, uma vez que a mudança dos seus inimigos não implica necessariamente um desvio de condutas adotadas para que este Estado sobreviva no sistema internacional e, no caso dos Estados Unidos, para que permaneça em uma posição de destaque frente a outros Estados igualmente poderosos ou potencialmente perigosos. A lógica utilizada pelos vários presidentes norte-americanos é praticamente a mesma. O que muda, no entanto, são os meios empregados para obter os mesmos fins, isto é, a sobrevivência e o poder.

Pode-se pensar de forma semelhante em relação à política que os Estados Unidos empregam para o Oriente Médio, apresentada no próximo capítulo. Mesmo que o caráter dessa política esteja voltado para questões econômicas, estas também garantem a manutenção da posição internacional ocupada pelos EUA.

4 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O ORIENTE MÉDIO: O 11 DE SETEMBRO COMO PONTO DE INFLEXÃO

Uma vez conhecidos os padrões políticos adotados pelos Estados Unidos durante e após a Guerra Fria, apresentar-se-á a política externa do país voltada para a região do Oriente Médio, especialmente aquela empreendida para o Afeganistão e para o Iraque.

Sabe-se da importância que esta região representa para os interesses norte-americanos. A proposta do presente capítulo é apresentar, portanto, quais são esses interesses e há quanto tempo o Oriente Médio faz parte da agenda da política externa dos EUA. Ademais, o capítulo também apresenta os vários aliados dos Estados Unidos presentes na região, bem como as relações desenvolvidas com o Afeganistão e o Iraque, países significativos para este trabalho e que foram o foco de concentração dos EUA após os ataques do 11 de Setembro.

4.1 A política externa norte-americana para o Oriente Médio

Segundo Bandeira (2008), o Estado que conseguisse controlar a região do Oriente Médio, considerada como o agente principal do equilíbrio global, teria condições de projetar seu poder para o outro lado da região.

O Oriente Médio é uma região localizada no sudoeste da Ásia e, segundo as palavras de Olic e Canepa (2003, p. 9), situa-se “exatamente onde este continente [Ásia] se encontra com a Europa e a África. Assim, fica fácil imaginar o inestimável valor estratégico da região, que funciona como elo entre o Ocidente e o Extremo Oriente desde a Antiguidade”.

Esta região compreende 15 países totalizando uma área de 6 milhões de km^2. Arábia Saudita, Irã e Turquia somam aproximadamente 70% do território, que é limitado pelos mares Negro, Cáspio, Mediterrâneo, Vermelho e Arábico e pelo Golfo Pérsico. Além disso, o Oriente Médio possui significativos contrastes populacionais. Enquanto que cerca de 260 milhões de pessoas vivem no Irã e na Turquia, a maior densidade demográfica é encontrada no Barein, com 885 hab/km^2 (OLIC e CANEPA, 2003).

O mapa 1 mostra os países que compõem a região. E a tabela 1 mostra a área, a população e PIB dos países do Oriente Médio.

MAPA 1 – Oriente Médio

Fonte: Adaptado de Olic e Canepa, 2003.

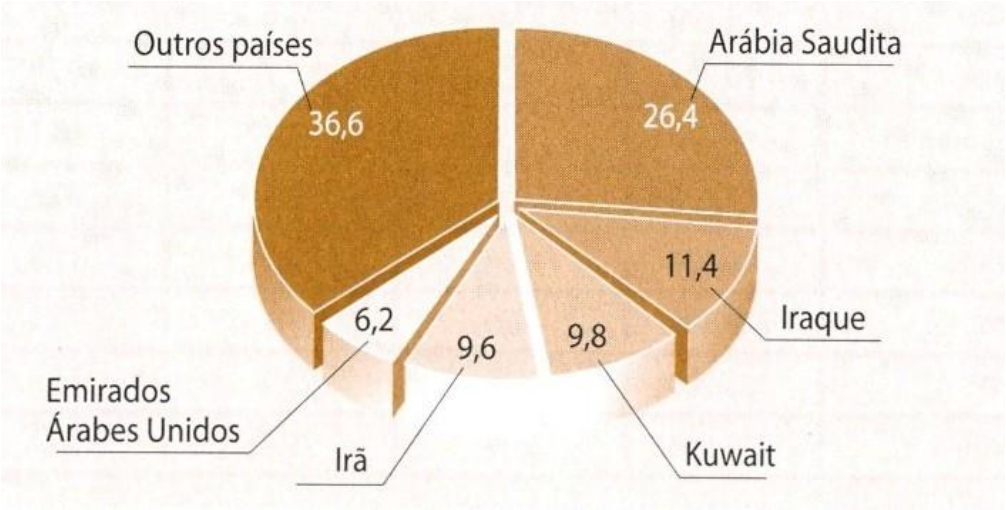
TABELA 01 – Área, população e PIB dos países do Oriente Médio

País	Área aproximada (km^2)	População (2001) (milhões hab.)	PIB (1999) (bilhões US$)
Afeganistão	652.200	22,5	21,0
Arábia Saudita	2.153.200	21,0	139,4
Barein	700	0,6	5,5
Catar	11.500	0,6	9,2
Emirados Árabes Unidos	83.600	2,7	47,2
Iêmen	528.000	19,1	6,8
Irã	1.648.200	71,4	110,8
Iraque	434.100	23,6	11,5
Israel	20.700	6,2	100,8
Jordânia	97.700	5,1	8,1
Kuwait	17.800	2,0	29,6
Líbano	10.400	3,6	17,2
Omã	212.500	2,6	14,9
Síria	185.200	16,6	19,4
Turquia	779.500	67,6	185,7

Fonte: Adaptado de Olic e Canepa, 2003.

Em relação ao petróleo, o Oriente Médio concentra aproximadamente 60% das reservas mundiais deste recurso, sendo abundante nas áreas que circundam o Golfo Pérsico, enriquecendo países como a Arábia Saudita, Catar, Kuwait, Barein e Emirados Árabes Unidos. Com isso, eles acabam ostentando as maiores rendas *per capita* da região. Israel é o Estado mais desenvolvido do Oriente Médio, pois, com um elevado nível educacional da população e a ajuda financeira dos Estados Unidos, foi introduzida uma sofisticada agricultura com um desenvolvido sistema de irrigação e um parque industrial de alta tecnologia. Entretanto, Afeganistão e Iêmen são os países mais pobres da região (OLIC e CANEPA, 2003). O gráfico 1 mostra a distribuição mundial das reservas petrolíferas nos países do Oriente Médio.

GRÁFICO 1 – As reservas mundiais de petróleo em países do Oriente Médio (em %)



Fonte: Adaptado de Olic e Canepa, 2003.

O interesse norte-americano na região data já da Segunda Guerra Mundial e engloba uma série de razões econômicas e políticas. Esses interesses envolvem não só o acesso às abundantes reservas de petróleo do Golfo, como também a defesa do Estado de Israel, a resolução do conflito árabe-israelense e a manutenção de uma situação favorável ao Estado norte-americano com o apoio de Estados árabes. Portanto, a estratégia política norte-americana voltada para a região constitui-se em uma questão vital da manutenção de um *status quo* político e econômico que permita a exploração e a comercialização a preços acessíveis do

petróleo. Pode-se citar, nesse contexto, a guerra do Golfo, em 1991, fruto dessa intervenção estratégica (PINTO, 2003).

Na visão de Bortoluci (2005), durante a Guerra Fria, essa região foi a que englobou os maiores esforços do país para conter o avanço da União Soviética. Além disso, a aplicação desses esforços garantia uma ordem benéfica à região, além de estabilidade. Com relação a isso, o autor salienta que a estabilidade regional do Oriente Médio é bastante significativa para os EUA, uma vez que pontos de instabilidade poderiam levariam a enfrentamentos entre as duas potências.

Quando a Grã-Bretanha não teve mais condições de sustentar a Grécia e a Turquia, suas antigas colônias, os Estados Unidos elevaram a necessidade de controlar a região. Tamanha era a sua importância para o país, que o presidente americano Truman afirmou que por conter abundantes recursos naturais e por estar no caminho de rotas terrestres, aéreas e marítimas, o Oriente Médio seria alvo das competições entre as várias potências externas (PINTO, 2003).

Com o passar do tempo, os investimentos norte-americanos no Oriente Médio tenderam ao crescimento, comprovando, mais uma vez, que a política externa altera-se conforme as mudanças no mundo. Inicialmente, o Oriente Médio representava um interesse ideológico para os Estados Unidos, ou seja, para conter o avanço da União Soviética durante a Guerra Fria. Atualmente, a região representa uma das maiores fontes de interesses econômicos e políticos para os norte-americanos. Sobre isso, Bortoluci (2005, p. 9) cita Shlaim (1995), intelectual israelense que identifica alguns interesses principais dos EUA na região durante a Guerra Fria:

> [...] o primeiro é a contenção da União Soviética, em especial pela proximidade do Oriente Médio das fronteiras daquele Estado; o segundo interesse era a preservação do acesso ao petróleo da região, que constituía dois terços das reservas mundiais conhecidas [...].

Assim, com o intuito de manter a posição de maior potência mundial e preservar sua segurança nacional, os Estados Unidos deveriam continuar dominando as reservas energéticas do Oriente Médio, pois caso outra nação fosse capaz de dominar essas reservas, conseguiria também fazer frente à hegemonia norte-americana, ameaçando abalar uma nação que há mais de século atingira a posição mais desejada no cenário internacional (BANDEIRA, 2008).

Segundo Pinto (2003), face aos objetivos da política externa norte-americana durante a Guerra Fria, entre eles o de conter o expansionismo soviético, com o Oriente Médio não foi diferente. Essa necessidade de contenção soviética na região pelos norte-americanos juntava-se com os seus interesses econômicos para obter o acesso aos abundantes recursos petrolíferos. A política estava baseada na promoção da paz e da estabilidade e no recrutamento de aliados regionais para conter a expansão soviética. Para cumprir a primeira prioridade, o *status quo* territorial e a ordem política deveriam ser mantidos. Caso conflitos radicais ocorressem, estes seriam uma ótima oportunidade para que os soviéticos se expandissem pela região, preocupação que os Estados Unidos não queriam ter naquele momento.

Também de acordo com Pinto (2003), o presidente Truman (1945-1953) foi muito firme em suas ações em relação ao Oriente Médio para conter a expansão soviética. Para ele, "o Próximo e Médio Oriente contêm vastos recursos naturais [...] situam-se na encruzilhada de importantes rotas terrestres, aéreas e marítimas [...] podem tornar-se uma arena de intensa competição entre as potências externas [...]" Por isso, a Doutrina Truman dizia que "é política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que tentam resistir à subjugação por parte de minorias armadas ou por meio de pressões externas [...]" (PINTO, 2003, p. 50-51).

Com a estratégia da contenção, os Estados Unidos puderam criar diversas alianças defensivas no Oriente Médio, com o intuito de deter a fronteira norte, que fazia divisa com a União Soviética. O "Comando do Médio Oriente" foi a organização que Truman tentou criar para que essa política de defesa fosse posta em prática, mas não teve a adesão da maioria dos países da região, pois eles preferiram manter-se na neutralidade.

No governo do presidente Dwight Eisenhower, que sucedeu Harry Truman, as fronteiras de segurança dos Estados Unidos se estenderam ao Oriente Médio, assim como os programas de ajuda para qualquer nação controlada pelo comunismo internacional. A intenção norte-americana era demonstrar seu interesse em defender a soberania dos países árabes que estavam na mira soviética. A mensagem que foi dirigida ao Congresso em 5 de janeiro de 1957 também solicitava (PINTO, 2003, p. 53):

> - a autorização do Congresso para o emprego das forças armadas para proteger a integridade e a independência de qualquer nação ou grupo de nações que solicitassem ajuda contra uma agressão armada levada a cabo por um país controlado pelo comunismo;
> - a autorização para viabilizar programas de ajuda militar a nações ameaçadas pelo comunismo;
> - a autorização para lançar programas de cooperação com as nações em causa visando reforçar a sua economia para fins de independência nacional.

Os recursos petrolíferos do Oriente Médio já despertavam o interesse norte-americano ao fim da Primeira Guerra Mundial, competindo com os ingleses pelo seu controle. A "Política de Portas Abertas" oferecida pelos Estados Unidos nesta época defendia uma política imperialista dos norte-americanos para onde ainda não havia sua influência. Quando a Segunda Guerra Mundial começou, os Estados Unidos já haviam obtido concessões no Kuwait, Bahrein, Iraque e Arábia Saudita, todos com o intuito de expandir esses interesses econômicos no petróleo. Para os Estados Unidos, o petróleo da Arábia Saudita era "uma formidável fonte de poder estratégico e um dos grandes prêmios da história mundial", segundo afirma Pinto (2003, p. 62). Além disso, com a reconstrução da Europa ocidental através do Plano Marshall, o acesso ao petróleo era fundamental.

Segundo o relatório *Paley Report* (1951), citado por Pinto (2003), os Estados Unidos ficariam cada vez mais dependentes do petróleo do Oriente Médio, assim como da sua proteção, que seria um constante interesse vital do ocidente, além da influência na estratégia norte-americana e futuras operações militares.

Ainda de acordo com Pinto (2003) e Bortoluci (2005), quando da descoberta de que o petróleo era um recurso natural não-renovável, o seu preço sofreu diversas altas, que culminou, em 1973, com seu embargo, diminuição em sua produção e, com a Guerra de Yom Kippur[15], uma das maiores crises no Oriente Médio. Tal embargo acabou beneficiando os EUA, pois, além de já representar um interesse comercial-financeiro, o petróleo passou a ser também uma questão de interesse nacional para os Estados Unidos. Era ele quem iria ditar as estratégias políticas norte-americanas. Tudo isso porque a produção interna já estava atingindo seu limite e as importações representavam 35% das necessidades internas.

---

[15] A guerra do Yom Kippur aconteceu em 1973 quando Egito e Síria invadiram Israel, na tentativa de recuperar os territórios perdidos para este último na Guerra dos Seis Dias, de 1967, e também para chamar a atenção do ocidente para a situação dos povos árabes (PEREIRA, 2008). Essa redução na produção do petróleo foi decidida em 17 de outubro (a guerra havia iniciado no dia 6) e o preço do barril passou de 3 para mais de 11 dólares. Consequentemente, o custo anual aumentou em mais de 40 bilhões de dólares para os EUA, Canadá e Europa Ocidental (BORTOLUCI, 2005).

Após o embargo dos fornecimentos de petróleo aos Estados Unidos imposto pela Arábia Saudita devido a guerra do Yom Kippur em 1973, a administração de Jimmy Carter (1977-1981) começou a pensar em cenários para uma intervenção militar, face à crescente dependência em relação ao petróleo do Golfo e às reduzidas chances de resolução do conflito Árabe-Israelense. A consequência disso seria a intervenção contra o Iraque, em 1991 (PINTO, 2003).

Além do grande interesse norte-americano nas reservas petrolíferas, todas as administrações do país afirmaram defender a sobrevivência, segurança e bem-estar de Israel e defender a resolução do conflito Árabe-Israelense (PINTO, 2003).

Porém, essa estrutura foi profundamente abalada com os atentados que atingiram os Estados Unidos no dia 11 de Setembro de 2001, acontecimento marcante na história das Relações Internacionais. As relações econômicas e de domínio estratégico que os Estados Unidos mantêm com o Oriente Médio, região que abrigou os autores dos atentados, certamente mudaram. O foco central da política externa norte-americana havia mudado. Dessa maneira, a utilização da teoria do realismo ofensivo mostra-se fundamental, uma vez que uma teoria explica muito sobre a história das Relações Internacionais, segundo Mearsheimer (2001), pois os fenômenos políticos são muito complexos, e explica-los e fazer previsões precisas é impossível sem ter a teoria como ferramenta auxiliar.

4.1.1 Os aliados dos Estados Unidos no Oriente Médio

Como já foi visto, o interesse norte-americano pelo Oriente Médio aumentou gradativamente após a Segunda Guerra Mundial devido, principalmente, à expansão da União Soviética na região. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos conseguiram realizar diversas alianças para que esta expansão não aumentasse. Logicamente, esses aliados estavam estrategicamente localizados.

Alguns países do Oriente Médio, em especial, Israel, Arábia Saudita, Egito e Jordânia, configuraram importantes parcerias com os EUA, face às suas características indispensáveis às políticas estratégicas norte-americanas (PINTO, 2003).

Durante esse período de alianças, entretanto, aconteceram os conflitos árabe-israelenses que tiveram início quando Israel enfrentou a recusa de seus vizinhos

desde o seu surgimento em 1948. Essa recusa não foi apoiada pelos EUA, que preferiram permanecer ao lado de Israel. Por isso, é importante destacar neste trabalho o que foram esses conflitos. A luta dos judeus pela formação de um lar nacional na Palestina[16] teve fim com a criação do Estado em Israel (OLIC e CANEPA, 2003).

Ainda de acordo com Olic e Canepa (2003), para os judeus – chamados antigamente de hebreus – a Palestina seria a "Terra Prometida" a eles por Deus. Após as Diásporas – migrações forçadas a que os judeus foram submetidos – em 586 a. C. e 70 d. C., o retorno à "Terra Prometida" era considerado o pilar da religião judaica. No entanto, a criação de um Estado judeu na Palestina só tomou forma no final do século XIX com o sionismo – "movimento que objetivava criar um lar nacional para os judeus na Palestina", segundo Olic e Canepa (2003, p. 69).

Com a ascensão do nazismo na Alemanha na década de 1930, a Palestina viu a chegada dos imigrantes judeus. E isso despertou a inimizade cada vez maior dos árabes, criando conflitos entre eles. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo estava chocado com os nazistas e suas crueldades para com os judeus. O clima, portanto, era favorável à criação de um Estado judeu. Como árabes e judeus se impuseram contra uma solução política quanto à sua situação, a ONU propôs a partilha da Palestina em um Estado judeu e em um Estado árabe. Os árabes sentiram-se lesados com a partilha, pois como o critério foi a repartição geográfica da população, em alguns momentos, territórios com maioria árabe acabaram permanecendo no Estado destinado aos judeus, acontecendo o mesmo com estes últimos. Os judeus acabaram aceitando o plano. Os árabes, no entanto, ameaçaram, inclusive, deflagrar uma guerra caso o plano fosse aprovado (OLIC e CANEPA, 2003).

O primeiro conflito entre árabes e israelenses – chamada de Guerra da Independência – aconteceu em 1948, quando a Assembleia Geral da ONU aprovou o plano de partilha e fundou o Estado de Israel. Contra este estavam Egito, Síria, Líbano, Iraque e Jordânia. Os israelenses venceram este conflito, em 1949, e tiveram o apoio principalmente dos Estados Unidos. O segundo conflito foi a Crise de Suez, em 1956, como brevemente explicado anteriormente, que envolveu Israel e

---

[16] Região localizada junto ao Mediterrâneo oriental composta pelo Estado de Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza que foram ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias em 1967 (OLIC e CANEPA, 2002).

Egito, devido à nacionalização do Canal de Suez[17] pelo Egito. Além disso, o presidente do Egito bloqueou a passagem de navios israelenses pelo canal. O resultado disso foi uma ação militar de Israel, Grã-Bretanha e França contra o Egito para restabelecer a livre navegação. Apesar da liberação do tráfego no Canal de Suez e a retirada israelense dos territórios egípcios ao final do conflito, as tensões entre os dois povos aumentavam ainda mais (OLIC e CANEPA, 2003).

Ainda de acordo com Olic e Canepa (2003), a Guerra dos Seis Dias, em 1967, foi o terceiro conflito entre árabes e israelenses. Além da ação de grupos terroristas palestinos em Israel, outro antecedente desta guerra foi a atitude desafiadora do líder egípcio Nasser. Ele acreditou que um apoio militar da URSS aliado à unidade árabe fossem suficientes para vencer uma batalha contra Israel. Nessa época, o Oriente Médio já estava inserido na Guerra Fria, com os árabes sendo apoiados pelos soviéticos e Israel sendo apoiado pelos norte-americanos. Em 1967, Nasser ameaçou novamente os israelenses e a reação destes últimos foi preventiva, pegando de surpresa os inimigos árabes em 5 de junho de 1967, quando atacaram os aeroportos militares do Egito, Síria e da Jordânia, destruindo toda a infraestrutura da aviação militar desses países. Segundo as palavras de Olic e Canepa (2003, p. 79), “em apenas seis dias – daí o nome Guerra dos Seis Dias – Israel derrotou os três países e conquistou a Faixa de Gaza e a Península do Sinai, Egito, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, da Jordânia, e as Colinas de Golã, da Síria”. Apesar de uma resolução da ONU ordenar a devolução das regiões ocupadas por Israel, eles se recusaram a obedecer e construíram, inclusive, assentamentos e bairros judaicos nesses territórios.

O contra ataque egípcio e sírio, para tentar recuperar seus territórios, veio em 6 de outubro de 1973, com a Guerra do Yom Kippur. Os EUA garantiram o auxílio a Israel e, juntamente com a URSS, pressionaram diplomaticamente para que houvesse trégua no conflito, evitando, assim, a destruição do exército egípcio no Canal de Suez. O acordo de paz assinado em Camp David em 1978 marcou o início da fase de entendimento, seguido pela Conferência de Paz para o Oriente Médio de Madri em 1991, os Acordos de Oslo entre Israel e palestinos e a paz entre Jordânia e Israel, assinada em 1994 (OLIC e CANEPA, 2003).

---

[17] Foi construído no final do século XIX, ligando os mares Vermelho e Mediterrâneo para atender às necessidades de metrópoles europeias, para encurtar distâncias com suas colônias localizadas na Ásia (OLIC e CANEPA, 2003).

Em meio a esses conflitos, as alianças com alguns países do Oriente Médio, já citados anteriormente, mostraram-se significantes face às disputas ideológicas da Guerra Fria. A relação entre EUA e Israel engloba afinidades ideológicas e históricas. Os norte-americanos têm reforçado a segurança, sobrevivência e bem-estar dos israelenses anualmente. Essa relação estratégica iniciou-se após a Guerra dos Seis Dias, em 1967 que envolveu Israel contra Egito, Jordânia e Síria, como já explicado anteriormente. A cooperação estratégica firmada durante o governo Reagan incluía, segundo Pinto (2003, p. 136-137):

> [...] exercícios militares conjuntos no Mediterrâneo, atividades de prontidão operativa conjunta, cooperação em matéria de investigação e desenvolvimento e em acordos comerciais na área de defesa, armazenamento de fornecimentos médicos em Israel para uso eventual das forças americanas no Oriente Médio em situações de emergência, e um acordo de comércio livre.

Para alguns analistas, esta relação era muito benéfica, pois Israel era uma espécie de segurança contra a penetração da URSS, garantindo, dessa forma, a estabilidade regional pelo seu arsenal militar, protegendo, então, os países árabes aliados dos norte-americanos. Após a Guerra Fria, a relação entre os dois países manteve-se mais devido aos laços políticos e culturais e, durante a administração Clinton, a relação foi considerada a mais benéfica dentre todas as administrações norte-americanas (PINTO, 2003).

Com a Arábia Saudita, os EUA mantiveram uma relação direcionada especificamente para o petróleo, desde meados da Segunda Guerra Mundial. O objetivo norte-americano englobava assuntos políticos e econômicos, além, é claro, da manutenção da estabilidade regional, impedindo a expansão do comunismo e dos movimentos nacionalistas mais radicais do Oriente Médio. Além disso, para uma ampla modernização da economia, da sociedade e dos equipamentos defensivos da Arábia Saudita, as modernas tecnologias norte-americanas tornaram-se indispensáveis naquela época. Segundo Pinto, (2003, p. 140), os norte-americanos criariam um ambiente que possibilitava à Arábia Saudita: “aumentar a sua produção petrolífera de forma a satisfazer as necessidades do mundo capitalista e vender o petróleo a um preço razoável, em troca de proteção e ajuda americana”. Na área militar, enquanto os EUA estavam envolvidos com a produção petrolífera, a Arábia Saudita garantiu armas e instalações militares, fornecidas pelos norte-americanos.

Para o Egito, os Estados Unidos representam um importante fornecedor de armas e de ajuda econômica desde 1978, durante o governo de Muhammad Anwar Al Sadat. Essa relação se intensificou a partir de 1973, quando os egípcios passaram a não confiar tanto nos soviéticos porque estes últimos não estavam fornecendo as armas necessárias para derrotar Israel nas guerras de 1967 e 1973. A partir daí, o governo de Sadat passou a cooperar com os Estados Unidos de maneira a negociar um acordo de paz com Israel, uma vez que acreditava que somente uma superpotência poderia produzir tal resultado. Além disso, Sadat desejava recuperar a península de Sinai, localizada no Egito e ocupada pelos exércitos de Israel em 1967 durante a Guerra dos Seis Dias, porque possuía grande importância econômica – pelo seu petróleo e pelo Canal de Suez – e valor estratégico – por ser zona tampão[18] com Israel. O Egito queria ajuda norte-americana para que o país crescesse economicamente e para isso a ajuda deveria incluir a militar, a econômica e a tecnológica (PINTO, 2003).

Por último, a relação entre os EUA e a Jordânia fortaleceu-se durante a Guerra de Suez em 1956 ou Segunda Guerra Árabe-Israelense, quando os norte-americanos enviaram ajuda financeira para o governo de Rei Hussein, ameaçado pelas forças socialistas e pelo presidente do Egito Gamal Abdel Nasser. Segundo Santos (2002, p. 71), durante a Guerra de Suez,

> [a]lém de proibir a circulação de navios de Israel, o Egito promove a nacionalização e o bloqueio do Canal de Suez (1956), o que leva a um conflito de grandes proporções, unindo Israel, Grã-Bretanha e França contra o Egito. Esta guerra somente foi contida com a interferência da ONU e o posicionamento [...] norte-americano e russo, pelo fim da beligerância.

Com essa ajuda norte-americana, a Jordânia reestabeleceu a autoridade sobre suas forças armadas e demitiu o Primeiro-Ministro nacionalista, Nabulsi. Após este episódio, o país passou definitivamente a fazer parte da órbita norte-americana e as ajudas financeiras dos EUA permitiram o desenvolvimento de muitos setores da economia jordaniana, além de conseguirem aumentar significativamente o seu exército (PINTO, 2003).

---

[18] Uma zona tampão é uma área considerada estratégica em que um Estado restringe ou interdita o acesso à zona de fronteira, funcionando assim, como parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva (BRASIL, 2009).

4.1.2 As relações norte-americanas com o Afeganistão e com o Iraque

O país da Ásia Central, que faz parte do Oriente Médio, chamado de Afeganistão, não fazia parte dos interesses norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial por não possuir nenhum valor estratégico. Esse país era preocupação dos soviéticos, os quais, em 1950 utilizaram do recurso diplomático para atrair o país para sua esfera de influência. Foi só no final dos anos 1950 que o Afeganistão despertou o interesse dos Estados Unidos, que passou a alimentar economicamente o país através de um programa de ajuda financeira. Tudo isso porque os norte-americanos desejavam contrabalançar a influência soviética, que havia se tornado o principal doador de ajuda econômica a partir de 1950, assim como o responsável por recrutar e equipar o exército de Kabul (PINTO, 2003).

A diminuição da ajuda norte-americana em meados dos anos 1970 coincidiu com o aumento da ajuda dos soviéticos. Além de auxiliarem o país com um golpe de estado que derrubou a monarquia de Mohamed Zahir Xá, os soviéticos se fizeram presentes também através de milhares de soldados e conselheiros no Estado afegão. Mesmo sabendo das violações aos direitos humanos e do abuso de poder a que o povo afegão estava submetido, os norte-americanos mantiveram-se distantes da situação (PINTO, 2003). Sobre isso, Pinto (2003, p. 229) comenta que

> [...] esse relacionamento não deveria ser demasiado estreito ou envolver áreas mais sensíveis, como a ajuda e cooperação militar. Isso porque se entendia que a URSS mantinha um relacionamento exemplar com o Afeganistão: o que demonstrava que, mesmo vivendo à sua sombra, um país débil como o Afeganistão poderia gozar do estatuto de país não alinhado e não ser alvo da prepotência da potência russa.

Em 1979, a URSS invadiu o Afeganistão e assassinou o primeiro ministro devido à situação precária em que se encontrava o regime comunista no país e colocou no poder o líder do Partido Democrático Popular do Afeganistão, Babrak Armal. Os EUA classificaram esse episódio como uma séria ameaça à paz internacional depois da Segunda Guerra Mundial, o que na verdade significava uma ameaça aos interesses norte-americanos. A única preocupação dos EUA era com a presença soviética. Com a invasão do Afeganistão pelos russos em 1979, Jimmy Carter declarou que esta região era de interesse vital para os EUA e que eles utilizariam todo seu poderio para defendê-la. Portanto, eles financiaram

clandestinamente um programa de ajuda à resistência afegã. O objetivo dessa ajuda aos afegãos resistentes era apenas de elevar os custos dos soviéticos para que eles não pudessem consolidar sua presença no país. Foi nesse momento que os norte-americanos acabaram ajudando facções mais radicais, as quais se voltariam mais tarde contra os EUA (PINTO, 2003).

Seguindo-se a linha cronológica, chega-se a 1980 quando aconteceu a Guerra entre Irã e Iraque, também denominada de Primeira Guerra do Golfo (1980 – 1988). A partir desse episódio, o Iraque passou a ser o centro das preocupações mundiais. Mesmo após o fim do conflito contra o Irã, que durou 8 anos, o Iraque invadiu o Kuwait, dando início à Guerra do Golfo, lutando contra quase 30 países. Todos esses conflitos foram liderados pelo ditador Sadam Hussein (OLIC e CANEPA, 2003).

A guerra contra o Irã colocou em perigo o abastecimento mundial de petróleo, assim como o equilíbrio político mundial da época. Além de uma disputa de fronteiras, a causa do conflito foi principalmente o controle do canal Chatt al Arab, única saída marítima do Iraque e principal local de escoamento do petróleo do país. Tanto a fronteira comum quanto o domínio do canal sempre foram importantes estratégica e economicamente para ambos os países. Apesar de uma comissão internacional reconhecer o domínio do canal para o Iraque, o Irã não aceitou tal decisão e, em 1937, um acordo foi firmado, fixando a fronteira entre eles no meio do canal. Entretanto, o Irã passava por dificuldades internas como lutas entre grupos religiosos e não religiosos, desestruturação de suas forças armadas e isolamento internacional. O Iraque, dessa forma, se aproveitou dessas dificuldades para resolver o problema de fronteiras e, em setembro de 1980, invadiu o Irã. Somente quando a ONU defendeu um acordo de cessar-fogo em 1988 é que o conflito terminou, embora as causas ainda continuem subentendidas (OLIC e CANEPA, 2003).

Dois anos mais tarde, em 1990, o Iraque invade o Kuwait e dá início à Guerra do Golfo constituindo-se certamente no episódio mais marcante da relação existente entre os EUA e o Iraque antes do 11 de Setembro (PINTO, 2003).

De acordo com Pinto (2003) e Olic e Canepa (2003), somente com a invasão do Kuwait pelo Iraque é que foi solicitada a presença das forças norte-americanas no Golfo Pérsico. Essa guerra envolveu países aliados como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Arábia Saudita – o maior produtor mundial de petróleo – e Egito,

contra as tropas do Iraque. O motivo da guerra foi principalmente o petróleo, pois era necessário, para os EUA, que aquele fosse produzido a preços não muito elevados, já que com a invasão do Kuwait, o preço do barril aumentou cerca de 20 dólares em poucas semanas.

Segundo Olic e Canepa (2003, p. 62 – 63), para atingir seus objetivos, os EUA utilizaram três estratégias:

> 1. Enviaram tropas, aviões, blindados e navios para a região do Golfo pérsico. [...] Toda essa parafernália bélica seria tanto para pressionar o Iraque quanto para demonstrar aos aliados dos norte-americanos no golfo que os Estados unidos estavam dispostos a ir até as últimas consequências.
> 2. Conclamaram outros países (tradicionais aliados como a Grã-Bretanha, o Canadá e outros) a imitar seu gesto e enviar forças militares para a região. [...]
> 3. Desenvolveram intensas gestões que conduziram à proposição de um embargo econômico ao Iraque [...], isto é, nenhum país venderia aos iraquianos ou deles compraria qualquer mercadoria.

Após diversos ataques, o Iraque se retirou do Kuwait em 28 de fevereiro de 1991 e acatou as várias resoluções da ONU, marcando o fim do conflito (OLIC e CANEPA, 2003).

Uma vez apresentados todos os conceitos de política externa e os fatos históricos acerca da política externa dos Estados Unidos desde a Guerra Fria até o 11 de Setembro de 2001, cabe, portanto, analisar as mudanças que ocorreram após este acontecimento. Portanto, a próxima seção deste trabalho se preocupa em explicar o que mudou na política externa norte-americana para o Oriente Médio após o 11 de Setembro de 2001.

4.2 O 11 de Setembro e o terrorismo internacional

Os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001 dificilmente serão esquecidos no mundo todo. Para muitos analistas, esse acontecimento provocou um impacto profundo nas relações internacionais. E, segundo Seabra (2007), eles certamente iriam determinar grande parte da política internacional daquele dia em diante. Esses atentados foram uma série de ataques suicidas comandados e coordenados pela rede terrorista Al-Qaeda no dia 11 de Setembro de 2001, tendo como alvo maior os Estados Unidos da América.

Naquele dia, quatro aviões, das empresas American Airlines e United Airlines dos Estados Unidos, foram sequestrados por terroristas ligados à Al Qaeda. Dois desses aviões atingiram as torres gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque, provocando o desabamento dessas torres. Outro avião atingiu o Pentágono, em Arlington, Virgínia, nos arredores de Washington, D.C. O último avião caiu em uma floresta na Pensilvânia sem conseguir atingir seu suposto alvo que era Camp David[19] (PECEQUILO, 2011).

Segundo Gomes (2007), Wellausen (2002) e Sugahara (2008), a Al-Qaeda é considerada um grupo terrorista pan-islâmico fundado em 1988 por Osama Bin Laden com o intuito de criar um califado pan-islâmico no mundo expulsando, assim, os ocidentais dos países muçulmanos. Havia o desejo também em manter uma base de treinamento permanente para combater a URSS. Bin Laden desejava continuar a treinar afegãos árabes escolhendo posteriormente aqueles que mais se destacavam. Após a Guerra do Afeganistão, o líder da Al-Qaeda queria lutar contra a URSS, pois o desejo era o de combater o comunismo. Os Estados Unidos não estavam em seus planos naquela época. Em fevereiro de 1998 foi lançado um decreto religioso que dizia que os muçulmanos deveriam matar os norte-americanos e aliados. Em agosto do mesmo ano, as embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia sofreram um ataque à bomba, cuja responsabilidade é atribuída à Al-Qaeda. De acordo com Gomes (2007, p. 65)

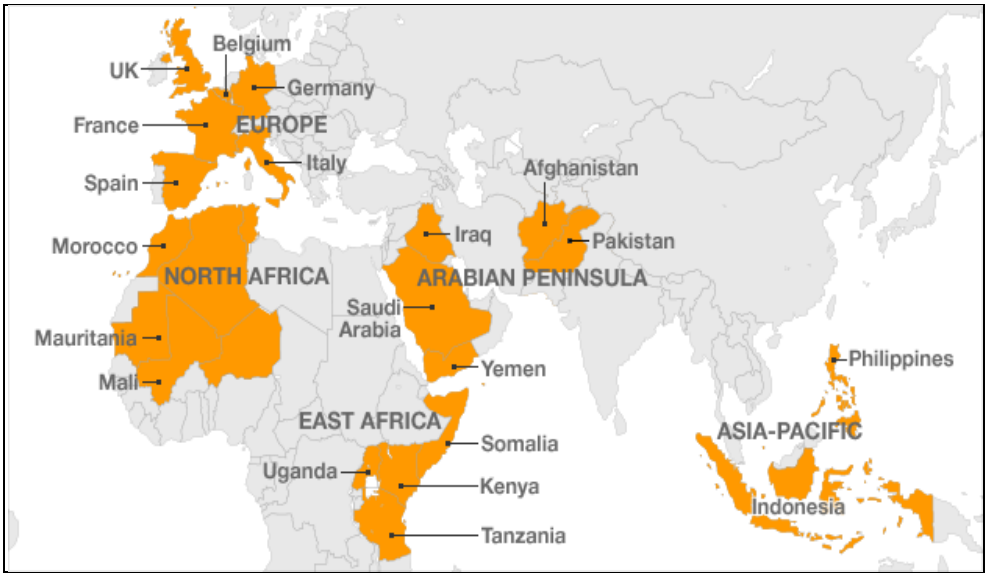
> A Al-Qaeda pode ser considerada uma das principais responsáveis pela internacionalização do terror. Além de um forte antiocidentalismo, sua retórica ressalta o aspecto global da guerra entre o Islã e o Ocidente. Numa declaração de 1998, Bin Laden acusou os norte-americanos de três crimes específicos contra Deus: a ocupação das terras sagradas do Islã, o patrocínio à causa sionista e ao Estado de Israel, e o sofrimento imposto aos iraquianos após a Guerra do Golfo. Segundo a lógica proposta por Bin Laden, seria dever de todo muçulmano combater nessa *Jihad* global.

O mapa 2 mostra as principais áreas de atividade da Al-Qaeda. O grupo possui células clandestinas em diversas regiões do mundo como o leste e o norte da África, a Europa, a região da Ásia-Pacífico e países como o Iraque e o Afeganistão (BBC NEWS WORLD, 2011).

---

[19] Retiro campestre dos presidentes norte-americanos nas montanhas do estado de Maryland, nos Estados Unidos (ESTADÃO, 2001).

MAPA 2 – Principais áreas de atividade do grupo terrorista Al-Qaeda



Fonte: BBC News World, 2011.

De acordo com Chomsky (2002), para a política mundial, o 11 de Setembro foi algo totalmente novo, não pela sua dimensão e caráter, mas pelo alvo atingido. Foi a primeira vez, desde 1812 quando aconteceu a guerra Anglo-Americana[20], que o território norte-americano sofreu um ataque. E, de acordo com as palavras de Vizentini (2001), citado por Seabra (2007, p. 36), "o atentado golpeou não apenas a maior potência do planeta, mas o centro econômico e simbólico do Ocidente capitalista, além de centro do poder financeiro mundial e das Nações Unidas", uma referência, portanto, ao World Trade Center e à Nova Iorque, respectivamente.

Reproduzindo as palavras do Jornal O Globo do dia 12 de setembro de 2001, citado por Seabra (2007, p. 35), pode-se ter uma noção do que foi aquele dia memorável:

> O maior e mais devastador atentado da história da humanidade começou às 8h45m (hora de Nova York) de ontem, quando um Boeing 767 da American Airlines foi jogado contra uma torre do World Trade Center, um dos prédios mais famosos do planeta. O mundo parou para assistir pela TV às imagens chocantes de uma série de ações terroristas sem precedentes, que deixou a maior superpotência mundial arrasada. A segunda torre do WTC foi atingida após 18 minutos por outro avião sequestrado.

[20] A guerra Anglo-Americana de 1812 é considerada a segunda guerra de independência e foi provocada pela ambição dos EUA no Canadá e pelo bloqueio inglês ao comércio norte-americano com a França. A vitória dos EUA deu impulso à industrialização do norte do país devido ao bloqueio inglês ao comércio norte-americano. Elevadas tarifas aduaneiras foram adotadas e, com isso os EUA reafirmaram o nacionalismo contra a Europa (KOSHIBA e PEREIRA, 1999).

Sobre o plano dos ataques, Pecequilo (2011, p. 380) destaca:

> Sua lógica indica uma ação de preparo longo e custoso, altamente bem organizada e sigilosa, passando despercebida pelos serviços de inteligência norte-americanos e internacionais. É um ataque que foi baseado internamente, não tendo sido cometido de fora pra dentro, possuindo uma estrutura humana e mesmo material nos Estados Unidos. Por fim, as pessoas que cometeram esses atos estavam altamente preparadas para efetuar a operação, sendo capazes de pilotar os aviões e profundamente motivadas para morrer por sua causa.

Após os ataques, o terrorismo passou a despertar o interesse de toda comunidade internacional justamente devido ao alvo dos ataques, os Estados Unidos. O terrorismo passou a fazer parte das prioridades securitárias norte-americanas naquele momento (SHIMABUKURO, 2005). E, segundo Seabra (2007, p. 35), “ a luta contra o terrorismo se tornaria naturalmente um princípio norteador da política que se seguiu, com o início da Guerra ao Terror que incluiu a caça a Bin Laden, a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque [...]”.

O terrorismo é um fenômeno típico do século XX. Consiste em uma estratégia política organizada por grupos que defendem uma bandeira e que podem utilizar violência física ou psicológica para atingir um governo ou uma população. Os membros desse grupo estão extremamente convencidos de que suas ações são justas e nobres (ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2010).

O terrorismo pode ser classificado como indiscriminado ou seletivo. O terrorismo indiscriminado ou aleatório não tem um alvo determinado e visa causar o medo geral na população. Já o terrorismo seletivo possui um alvo específico e já conhecido antes de o ato ocorrer. Utiliza a chantagem, a vingança e a eliminação de um obstáculo como forma de acabar com seu alvo (ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2010).

Dentro do terrorismo, tem-se o religioso. E o mais comum é o terrorismo islâmico, ou seja, ele é praticado por um grupo de pessoas que possui como guia a defesa do Islamismo. Estes atos podem incluir desvios de aviões, ataques a bombas e ataques suicidas. E os atentados do dia 11 de Setembro de 2001 são considerados os maiores atentados terroristas islâmicos de que se têm notícia. Os grupos terroristas os descrevem como Guerra Santa (Jihad) (ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2010).

Segundo Wellausen (2002), o atentado terrorista costuma atingir civis e ser um ataque surpresa. Quanto mais mortos tiverem e quanto maior a visibilidade, melhor. Além disso, é praticamente impossível que o alvo esteja preparado para se defender desse tipo de ataque.

Ainda de acordo com Wellausen (2002), o ataque terrorista pode significar uma tentativa de um governo se manter no poder ou de libertação nacional de nações dominadas. E, nas palavras do autor (2002, p. 89), “o terrorismo é sempre a quebra da ordem imposta pelo poder dominante”. Os Estados Unidos e Israel são os alvos preferidos dos terroristas. Os primeiros não só pela defesa de Israel no Oriente Médio, mas também porque o terrorismo islâmico é contra os costumes impostos pela globalização, que promoveu a disseminação dos valores norte-americanos para todo o mundo.

O Oriente Médio é considerado a maior fonte de terrorismo internacional. Além do número de grupos terroristas ter aumentado, estes se tornaram ainda mais violentos. Irã, Iraque, Líbia, Sudão e Síria são países localizados no Oriente Médio apontados pelos EUA como os maiores responsáveis pelo terrorismo internacional.

Os atentados terroristas do 11 de Setembro não foram os primeiros na história norte-americana. A década de 1990 foi marcada por diversos atentados contra os EUA, como

> [...] o de 1993 contra o World Trade Center e a descoberta da conspiração para uma campanha de terror em território americano; as tentativas continuadas dos extremistas islâmicos para minar as negociações de paz para o Oriente Médio; os atentados de 1995 e 1996 contra alvos americanos na Arábia Saudita (PINTO, 2003, p. 186).

Segundo Gomes (2007), o momento após o 11 de Setembro foi de inflexão para a política externa dos Estados Unidos, uma vez que o mito da inviolabilidade do território norte-americano desabou.

A segurança da única superpotência mundial estava abalada. Surgem daí diversas indagações acerca da vulnerabilidade norte-americana, indicando que ela poderia ter tanto quanto qualquer outra nação. A fragilidade norte-americana passa, então, a ser real.

Devido a isso, novas estratégias deveriam ser utilizadas, pois seu isolamento geográfico e sua posição solitária como superpotência não garantiriam mais sua segurança. Dessa maneira, a estratégia política agora podia voltar a utilizar os

pressupostos do *Defense Planning Guidance* (DPG), formulado ainda no governo de George H. W. Bush, em 1992, com o objetivo de guiar a atuação externa dos Estados Unidos após o fim da União Soviética. Esse plano havia encontrado um ambiente ideal para que fosse posto em prática (GOMES, 2007).

Segundo Cantalapiedra (2008), o Plano Diretor de Planificação de Defesa, ou *Defense Planning Guidance* (1992-1999), é um documento confidencial feito regularmente no Departamento de Defesa dos Estados Unidos e serve como um guia político para o meio militar de alto nível e para a direção civil do Pentágono. Para o mesmo autor, este guia "pretende apresentar um indicador geopolítico na relação entre as futuras necessidades orçamentais e os níveis de forças". O DGP de 1992 foi criado pelo secretário de Defesa Richard Cheney e pelo subsecretário da Defesa para a Política Paul Wolfowitz.

Nesse período, pode-se destacar a estratégia da *Primazia,* que iria possibilitar aos Estados Unidos garantirem sua segurança nacional, alcançarem seus objetivos e moldarem o sistema internacional conforme seus valores e preceitos. Além de querer evitar a emergência de um novo rival, Gomes (2007, p. 6) cita ainda as demais estratégias presentes do plano de 1992:

> 1) diminuição da importância do conceito de segurança coletiva[21]; 2) preferência por coalizões *ad hoc*[22]; e 3) o perigo apresentado pela proliferação de armas de destruição em massa poderia demandar ações militares preventivas.

Com o 11 de Setembro, essas estratégias ganharam espaço e se mostraram ideais para aquele momento, uma vez que o país demonstrava medo com a possibilidade de uma nova guerra em meio à ameaça das armas de destruição em massa, e ao mesmo tempo, em virtude do sentimento de patriotismo norte-americano, que deixava a população vulnerável e receptiva a qualquer estratégia para defender seu país.

Como dentro do sistema internacional o medo é inerente a todas as nações, o 11 de Setembro provocou uma apreensão generalizada por todos os países. Os

---

[21] O sistema de segurança coletiva é um mecanismo de administração do sistema internacional vinculado às organizações internacionais que visa assumir compromissos dos Estados para que não haja agressões entre estes (HERZ e HOFFMANN, 2004). Pauta-se em uma visão idealista/liberal das relações internacionais.

[22] As coalizões *ad hoc* são feitas entre dois ou mais Estados para que se possa lidar com situações específicas (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Estados Unidos, considerados até então como um alvo impossível de ser atingido, havia sido atacado. Sua segurança estava a perigo. Os autores dos atentados provenientes do Oriente Médio, região que até então era considerada parceira comercial do país devido à presença de petróleo, demonstraram que possuíam bastante ousadia e coragem para enfrentar os Estados Unidos, uma grande potência mundial com elevada capacidade militar. Entretanto, eles não possuíam um grande arsenal militar que pudesse enfrentar o dos norte-americanos. Mesmo assim, colocaram à prova a capacidade militar da superpotência mundial.

Portanto, de acordo com as conclusões de Mearsheimer (2001), um Estado nunca pode ter certeza das verdadeiras intenções dos outros Estados, independente se eles são ou não parceiros.

Diante disso, pode-se fazer a seguinte pergunta: por que os alvos atingidos foram símbolos tradicionais do modo de vida e do poder americano? Além disso, quanto à confiança entre Estados Unidos e Oriente Médio, por que havia no Oriente Médio grupos que estavam arquitetando um atentado contra os Estados Unidos, país que sempre tentou garantir a segurança da região desde a Guerra Fria em troca da exploração do petróleo?

Segundo Pecequilo (2011, p. 376), estes símbolos certamente já estiveram presentes no imaginário de todo o mundo como prova do “sucesso e da grandiosidade da América [Estados Unidos]”. As implicações destes atentados são morais e a segurança e liberdade de ir e vir dentro do país estavam comprometidas.

É importante lembrar que, mesmo que os Estados Unidos sempre tenham garantido a segurança do Oriente Médio durante a Guerra Fria, e mesmo defendido a independência de países da região, por trás dessas atitudes aparentemente cooperativas estava uma estratégia política para defender os interesses norte-americanos. Ações de cooperação no sistema internacional sempre beneficiam tanto os que são ajudados como os que ajudam. Mearsheimer (2001) deixa isso bem claro quando fala que um Estado busca aumentar seu poder no sistema às custas dos outros.

Portanto, os Estados Unidos, com o intuito de defenderem seus interesses, sempre foram acusados de impedir mudanças políticas na região. Além disso, defendiam forças reacionárias, apoiavam ditaduras e não divulgavam os

movimentos locais[23]. Tudo isso contribuiu para que eles ganhassem inimigos durante esse período. O 11 de Setembro foi, portanto, um preço a se pagar (PINTO, 2003).

O inimigo agora encontrava-se além das fronteiras europeias, passando a se concentrar definitivamente nas áreas adjacentes que correspondiam ao Oriente Médio. Havia novas ameaças que eram os terroristas da região, que possuíam armas de destruição em massa e estavam dispostos a atacar (PINTO, 2003).

Frente a isso, pode-se relacionar a ideia apresentada por Mearsheimer (2001) de que quanto mais poder um Estado possui em relação aos seus rivais, maiores as chances de sua sobrevivência. Nesse momento, a Al Qaeda era um inimigo declarado dos Estados Unidos, mas não era possível que possuísse mais poder que os norte-americanos, apesar de a sobrevivência deste último estar seriamente abalada.

Dessa forma, a política externa norte-americana deveria apresentar um plano novo para o Oriente Médio, mesmo com a dificuldade de negociação envolvendo os movimentos radicais. O apoio norte-americano ao Estado palestino com a consequente convivência pacífica entre árabes e israelenses foi encarado como uma atitude positiva. Porém, Pecequilo (2011, p. 387) afirma que

> no primeiro mandato de Bush, quase nenhum avanço foi feito nesse sentido, à medida que os norte-americanos se recusavam a negociar com Yasser Arafat [foi líder palestino], acusando-o de terrorismo, havendo completo apoio às políticas de repressão de Ariel Sharon [foi primeiro-ministro de Israel].

Sem dúvida alguma, os atentados do 11 de Setembro modificaram a política externa dos Estados Unidos. E não foi somente para o Oriente Médio. O mundo todo sofreu as consequências ocasionadas pelos atentados e pela mudança de postura adotada pelos Estados Unidos externamente após os acontecimentos daquele dia de Setembro. Mesmo porque, uma superpotência influencia significativamente o andamento da política internacional, fato também explicado por Mearsheimer em seu trabalho (2001). De certa forma, o destino dos Estados está nas mãos das superpotências, pois são elas que possuem as maiores capacidades. Ou seja, as decisões tomadas pelos Estados Unidos, ainda uma superpotência na visão do

[23] Pode-se citar, por exemplo, o financiamento clandestino de facções radicais durante a Guerra do Afeganistão, em 1979, que eram contrárias ao fim dos regimes autoritários e à invasão soviética (PINTO, 2003).

autor, influenciam sobremaneira o comportamento dos outros Estados e atores do sistema internacional.

Como um Estado está sempre buscando maneiras para maximizar o seu poder e, dessa forma, preservar sua sobrevivência e aumentar sua segurança, é inerente ao sistema utilizar o comportamento agressivo. Foi a atitude tomada pelos Estados Unidos, através da declarada Guerra ao Terror.

Nesse sentido, associando a reação dos EUA aos atentados com o medo existente entre as grandes potências explicitado por Mearsheimer (2001), percebe-se que, no caso dos atentados do 11 de Setembro, o medo não foi entre duas grandes potências, mas sim entre uma grande potência que era os Estados Unidos, um Estado, e entre um outro tipo de ator internacional, o grupo terrorista Al-Qaeda. Segundo Marques (2008), esses grupos são, atualmente, classificados como novos atores do sistema internacional pela grande influência que vêm causando nas relações internacionais. Entretanto, deve-se destacar aqui que, mesmo com o surgimento de novos atores, após os atentados, a decisão norte-americana foi a de invadir um Estado – o Afeganistão, como forma de retaliação, comprovando, portanto, o papel significativo que um Estado ainda desempenha no sistema internacional.

Após os atentados, o governo Bush declarou Guerra ao Terror e sua maior preocupação era com a sua segurança, decidindo então por tomar atitudes ofensivas, em conformidade com aquilo que Mearsheimer (2001) prescreve em sua teoria. De acordo com Pecequilo (2011, p. 337-338), três estratégias foram anunciadas:

> a declaração imediata de guerra, a convocação de uma ampla aliança nacional e a identificação e punição dos responsáveis. Em um segundo momento, iniciou-se também a construção de uma coalizão global visando o combate ao terrorismo internacional.

Em relação à guerra declarada, o estado no qual os Estados Unidos permaneceram foi o de alerta. Os Estados Unidos possuíam arsenal militar suficiente para enfrentar o inimigo, pois, como já foi visto, uma potência precisa se proteger e garantir sua segurança interna, caso haja uma ameaça de outra nação que possa querer desafiá-la.

Segundo Pecequilo (2011), a retaliação que foi apoiada por cerca de 90% dos americanos incluía uma operação terrestre com envio de tropas. Muitos estavam dispostos a se envolver nos esforços de guerra. Medidas que restringiam liberdades e que aumentavam o poder e o orçamento do país para combater os inimigos foram aprovadas pela população. Além disso, a pena de morte para os crimes de terrorismo virou lei no estado de Nova Iorque. O monitoramento das comunicações internas, individuais e públicas foi melhorado pela Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA) e pelo Departamento Federal de Investigação (*Federal Bureau of Investigation* – FBI). A lei antiterrorismo também foi aprovada quase que por unanimidade no Congresso norte-americano. Nesta lei estavam previstas, segundo Pecequilo (2011, p.379),

> [...] a ampliação do poder das agências federais e locais, a instalação de tribunais militares de exceção, o encarceramento e isolamento de suspeitos (e sua eventual deportação), o monitoramento de telefones, computadores e correio, o controle de movimentações bancárias e a invasão de privacidade. [...] Também se encontra nesse conjunto de medidas a relativização, por parte do Departamento de Justiça, da definição de tortura, ampliando-se os meios de coerção à disposição dos interrogadores norte-americanos [...]

O apoio da população norte-americana para acabar com o terrorismo pode ser traduzido no discurso do presidente Bush, explicitado na Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy* – NSS) ou Doutrina Bush, de 20 de setembro de 2002:

> A América irá ajudar as nações que precisarem de nossa assistência no combate ao terror. E a América irá responsabilizar as nações que estejam comprometidas com o terror, inclusive aquelas que abrigam terroristas – porque os aliados do terror são inimigos da civilização (NSS, 2002, apud GOMES, 2007, p. 11).
>
> Não podemos defender a América e nossos amigos esperando pelo melhor. Devemos estar preparados para derrotar os planos de nossos inimigos [...] A história julgará duramente aqueles que viram o perigo chegando e falharam em agir. No novo mundo em que entramos, o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação [...] Devemos estar preparados para deter Estados bandidos e seus clientes terroristas antes que se tornem aptos a nos ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e seus aliados e amigos (NSS, 2002, apud PECEQUILO, 2011, p. 397-398).

A NSS foi apresentada pelo presidente norte-americano e, segundo as palavras de Cunha (2009, p. 89), “informa à nação a direção que o Executivo seguirá

em matéria de segurança, deixando claras as metas estratégicas dos EUA e seus meios".

A NSS colocava como política norteadora a preempção ou preferência – diferentemente da política de contenção e dissuasão da Guerra Fria – e a prevenção, além de ataques contra Estados ou organizações serem justificados pelas suspeitas de planejamento de atos violentos contra os EUA e seus aliados (AYERBE, 2005).

É importante destacar também, ainda de acordo com Pecequilo (2011), que em 2002 foi criado o Departamento de Segurança Doméstica (Department of *Homeland Security* – DHS) que objetiva ações de combate ao terrorismo. O sistema de cores ou Sistema de Alerta do DHS foi criado por esse departamento e permite que sejam indicados os níveis de risco de novos ataques terroristas. Esse sistema utiliza uma série de cores que representam cada uma um nível diferente de risco. Segundo o U.S. Citizenship and Immigration Services (2007, p. 49), as cores são:

> - Vermelho: Risco grave. O risco de ataques terroristas é grave. Um ataque já ocorreu ou está prestes a ocorrer.
> - Laranja: Risco alto. O risco de ataques terroristas é alto. Não se sabe de alvos específicos.
> - Amarelo: Risco elevado. Há um risco significante de ataques terroristas. Não se sabe de alvos específicos.
> - Azul: Risco médio. Há um risco geral de ataques terroristas. Não se sabe de ameaças ou alvos específicos.
> - Verde: Risco baixo. Há um risco baixo de ataques terroristas.

No dia 14 de setembro de 2001 o senado norte-americano aprovou a *Senate Joint Resolution 23*, que autorizava o presidente a utilizar qualquer meio para descobrir e punir os responsáveis pelos atentados. Além disso, o artigo 51 da Carta das Nações Unidas permite que qualquer Estado-membro aja em legítima defesa caso seja atacado. A Resolução 23 e a Carta das Nações Unidas dizem, respectivamente (GOMES, 2007, p. 11):

> O presidente está autorizado a usar todos os meios necessários e apropriados contra nações, organizações ou pessoas que tiverem planejado autorizado, ajudado ou forem cúmplices dos ataques terroristas que ocorreram em onze de Setembro de 2001, ou ainda que tenham dado abrigo a tais organizações e pessoas, para que se possa prevenir futuros ataques do terrorismo internacional contra os EUA perpetrados por tais organizações ou pessoas (SENATE JOINT RESOLUTION 23).
>
> Nada na presente Carta irá impedir o direito inerente de auto-defesa, individual ou em conjunto, se um ataque externo ocorrer contra um membro

> das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para manter a paz e segurança internacional (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, CAPÍTULO VII, ARTIGO 51).

Após os ataques, o presidente Bush passou a ter uma outra visão das relações internacionais, classificando o mundo como sendo perigoso e que somente o poder que os Estados Unidos possuem poderia proteger a integridade do país e sua população. Bush tentou redirecionar a política externa do país para derrotar o terrorismo, e os países que também reorientassem seu comportamento externo para esse fim obteriam o apoio norte-americano.

Através do realismo ofensivo, pode-se afirmar que, como a segurança norte-americana estava ameaçada, os Estados Unidos ficaram em estado de alerta e, por isso, deveriam aumentar ainda mais seu poder para fazer frente ao novo inimigo e garantir sua sobrevivência como Estado, preservando assim, seu interesse nacional. O comportamento agressivo utilizado pelos norte-americanos foi, portanto, uma resposta ao medo despertado pelos atentados.

4.2.1 A invasão no Afeganistão e a Guerra no Iraque

Logo após os atentados de 11 de Setembro, a resposta norte-americana foi rápida, como já foi dito anteriormente. A invasão ofensiva ao Afeganistão foi considerada como uma medida de auto-defesa e “um ataque contra um Estado inimigo patrocinador e protetor dos responsáveis pelos ataques de 11 de Setembro”, segundo Shimabukuro (2005, p. 90).

A primeira fase da Guerra ao Terror teve como objetivos derrubar o regime Talibã e também destruir os campos da Al-Qaeda presentes no Afeganistão (AITH, 2002).

A retaliação após os atentados foi batizada de Liberdade Duradoura e tinha como objetivos prioritários, nas palavras de Pecequilo (2011, p. 385), “a destruição da Al-Qaeda (e a prisão de seus líderes como Bin Laden) e do regime talibã que o apoiava no Afeganistão; a reconstrução política e econômica do Afeganistão pós-talibã; e, por fim, a eliminação do terrorismo em escala mundial”. A estratégia norte-americana para atingir esses objetivos envolvia ações militares, políticas,

econômicas e diplomáticas através de alianças com organizações internacionais e países-chave.

Segundo Olic e Canepa (2003) e BBC News World (2012), a milícia do Talibã se formou em 1994, no norte do Paquistão após a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. O governo paquistanês decidiu oferecer suporte militar ao Talibã e com isso, garantiu o sucesso da ofensiva. O objetivo deste último foi o de pacificar o Afeganistão e o de disseminar as leis do livro sagrado do islamismo – o Corão. Os talibãs ocuparam o país, conquistando a capital Cabul em poucos meses e tomando o poder em setembro de 1996. Dentre as principais proibições do regime Talibã, estão a de ouvir música e dançar, raspar a barba, a exposição de qualquer parte do corpo feminino e a de tomar bebidas alcoólicas. Atualmente, o Talibã ameaça desestabilizar o Paquistão, onde controlam áreas no noroeste do país e foram responsáveis por uma série de atentados suicidas. Apesar disso, há uma tentativa de negociação pacífica com o Talibã para que haja um futuro de paz no Afeganistão. Mesmo assim, ainda existe muito desconfiança de ambos os lados.

A operação no Afeganistão foi apoiada pela comunidade internacional, tida como uma guerra justa diante do caráter do 11 de Setembro, “sendo um movimento de resposta a um inimigo que atingira e continuava ameaçando os norte-americanos”, de acordo com Pecequilo (2011, p. 386).

Para organizar e montar uma coalizão antiterror, no entanto, houve uma divisão de opiniões entre os responsáveis por montar essa equipe. Enquanto o Departamento de Estado norte-americano preferia uma acentuada operação política, evitando, porém, um envolvimento militar que provocasse muitas baixas nas Forças Armadas, o Departamento de Defesa apoiava uma opção militar decisiva, incluindo uma ação militar rápida que destruísse o território afegão e, dessa maneira, a Al-Qaeda. O resultado disso foi a combinação das duas políticas: a busca da cooperação defendida pelo Departamento de Estado, chegando-se a um ataque definitivo contra o Afeganistão, defendido pelo Departamento de Defesa (PECEQUILO, 2011).

Sobre isso, Pecequilo (2011, p.386 e 387) fala:

> Quebrando o unilateralismo e com uma mudança de discurso, os Estados Unidos ampararam suas ações no diálogo e arregimentaram apoio entre seus aliados tradicionais e as potências Rússia e China. A despeito das desavenças anteriores, a formação do consenso foi fácil nesse momento [...] Essa facilidade pode ser explicada por diversos motivos: primeiro, a

> ameaça e o controle ao terror são desafios presentes em quase todos os Estados; segundo, para combater o terrorismo, cada país tem interesse não somente na formação da coalizão global, mas na liberação de suas ações, aumentando o intervencionismo e a exacerbação da legalidade em nome da autodefesa [...] terceiro, o apoio diplomático e logístico serve de moeda de troca entre os Estados Unidos e seus parceiros, cujas contribuições são orientadas duplamente por suas possibilidades e interesses.

As metas de destituição do Talibã do poder e a instauração de um governo de transição no Afeganistão foram cumpridas cerca de dois meses após as operações militares terem iniciado. Cidades estratégicas como Cabul, Kandahar e Mazar-i-Sharif foram conquistadas. Entretanto, a captura de Bin Laden não foi conseguida, fato que só ocorreria em 2011. A presença de forças externas, como a OTAN, a ONU e organizações não-governamentais, no território afegão visava o fim da violência praticada por facções mais radicais, já que a estabilidade da região pós-talibã era questionável (PECEQUILO, 2011).

Ainda segundo Pecequilo (2011), em 2004, foi aprovada uma nova Constituição no país, com auxílio dos EUA e da OTAN. Essa Constituição é laica e concede direitos iguais para os homens e as mulheres, além da liberdade política. Nesse momento, Hamid Karzai foi eleito o presidente do país, fato favorável aos interesses norte-americanos, uma vez que estava ligado a companhias energéticas construtoras de oleodutos na região, já que trabalhou na empresa Unocal dos EUA, responsável pela construção de um gasoduto no Afeganistão para levar gás do Turcomenistão ao Paquistão e à Índia (BBC NEWS WORLD, 2002).

Após a invasão do Afeganistão, os EUA prometeram continuar com sua guerra preventiva para defender os norte-americanos. A partir daí, inicia-se a segunda fase da guerra contra o terror. Os EUA começaram a elaborar novas operações militares em países contrários aos americanos e as hipóteses incluíam Iraque, Síria, Irã e Coreia do Norte. O primeiro alvo foi o Iraque.

A guerra no Iraque foi chamada, pelos Estados Unidos, de guerra preventiva, alegando-se que o país estava desenvolvendo armas de destruição em massa e que ameaçavam a segurança mundial. Além disso, o Iraque era considerado um elemento da projeção de poder dos Estados Unidos. Essa intervenção preventiva dos Estados Unidos envolvia o reposicionamento das forças norte-americanas na região do Oriente Médio (PECEQUILO, 2011).

A tática utilizada por Bush para que essa guerra acontecesse foi a difusão do medo, explicitada por Mearsheimer (2012). Havia certa relutância por parte dos

militares, serviço de inteligência, Departamento de Estado e Congresso americano para uma guerra. Além disso, de acordo com Pecequilo (2001), desde a sua derrota em 1991, durante a Guerra do Golfo, e devido às sanções aplicadas contra o país, o Iraque perdera a capacidade de agressão além de ter sua projeção de poder no sistema internacional reduzida. Portanto, ele não representava um perigo iminente e os custos políticos, econômicos e estratégicos da intervenção eram elevados.

A campanha empreendida pelo presidente Bush envolveu quatro suposições principais, segundo Mearsheimer (2012). Em primeiro lugar, o secretário de defesa Donald Rumsfeld disse que possuía provas de que Saddam Hussein era aliado de Osama Bin Laden, fato que não foi confirmado por ele.

Em segundo lugar, os que estavam arquitetando a guerra afirmavam veementemente que o Iraque possuía armas de destruição em massa. Porém, até hoje nem mesmo os serviços de inteligência norte-americanas encontraram indícios da existência desse tipo de armamento. Outro ponto não comprovado foi a afirmação do vice-presidente Cheney, em setembro de 2002, de que “sabemos, com absoluta certeza, que ele [Saddam] está usando seu sistema de aquisições para adquirir os equipamentos de que necessita a fim de enriquecer urânio para construir uma arma nuclear”, de acordo com Mearheimer (2012, p. 78).

Em terceiro lugar, o presidente Bush fez diversas declarações antes da guerra no Iraque projetadas para sugerir que Saddam seria em parte responsável pelos atentados do 11 de Setembro. Essas declarações eram uma estratégia para fazer com que a população chegasse à essa conclusão e apoiasse a intervenção no país. E em último lugar, Bush declarou um ano antes da guerra que esse recurso era o último que os EUA iriam empreender. Além disso, afirmou que desejavam uma resolução pacífica para a situação. Porém, a decisão da guerra já havia sido tomada bem antes dessa declaração (MEARSHEIMER, 2012).

Países como a Coreia do Norte e o Irã representavam um risco bem maior do que o Iraque, porém, no curto prazo, eles não eram vistos como objetos de intervenção militar. Pecequilo (2011, p. 405) explica o porquê:

> [n]o caso da Coreia, além do país não possuir petróleo, uma eventual intervenção militar teria que lidar com a presença concreta de Rússia, China, Coreia do Sul e Japão e não somente com sua oposição retórica. Com relação ao Irã, hipóteses de ação dependem de uma grande mobilização militar e de lidar com o seu programa nuclear. Daí a opção por

> começar pelo Iraque na Eurásia, um país mais fraco (a despeito do discurso de risco), estrangulando o Irã para operações futuras.

Além das táticas de difusão do medo já apresentadas, o governo norte-americano também utilizou-se da aproximação com países menores no intuito de aumentar o número de países que apoiavam os EUA. As nações menores viam nesse alinhamento a oportunidade de conseguir vantagens. A única potência que apoiou a intervenção norte-americana foi a Grã-Bretanha, que se tornou um dos principais defensores da invasão (PECEQUILO, 2011).

Novamente, além de ser um elemento para a projeção do poder norte-americano com vistas à independência energética, existiam outras propostas para a região como, segundo as palavras de Pecequilo (2011, p. 413), “o Mapa da Estrada, que promoveria a democratização do Oriente Médio, a estabilização da crise Israel/Palestina e a construção de dois Estados soberanos”. O Mapa da Estrada, segundo as palavras de Pilati e Pires (20??, p. 21-22) foi proposto como um plano de paz, pelos Estados Unidos, que “previa a criação de um Estado Palestino, desde que os ataques terroristas contra Israel cessassem e que os israelenses deixassem as colônias agrícolas em territórios ocupados”. Esse plano foi apoiado pela União Europeia, pela Rússia e pela ONU.

Para o presidente norte-americano Bush (2003),

> [a] batalha do Iraque é uma vitória na guerra contra o terror que começou em 11 de Setembro de 2001 e que ainda continua [...] Nossa guerra contra o terror está prosseguindo de acordo com os princípios que deixei claro para todos [...] O uso da força foi, e permanece sendo, nosso último recurso. Entretanto, todos devem saber, amigos e inimigos, que nossa nação tem uma missão: responderemos a ameaças contra nossa segurança e defenderemos a paz [...] Os inimigos da liberdade não são passivos e nós também não. Nosso governo tomou medidas sem precedentes para a defesa doméstica e continuará a caçar os inimigos antes que eles possam atacar. A guerra contra o terrorismo ainda não acabou, porém ela não é interminável. Não sabemos o dia da vitória final, mas vimos a mudança da maré (PECEQUILO, 2011, p. 414).

Percebe-se no discurso acima que apesar das diversas alegações feitas pelos EUA para que pudessem invadir o Iraque, a segurança era uma preocupação do Estado americano, e que o país faria de tudo para que sua sobrevivência estivesse garantida.

A busca pelo poder, destacada tantas vezes por Mearsheimer (2001), leva um Estado a agir de todas as maneiras, e até a utilizar acontecimentos marcantes da

história das relações internacionais para projetar-se com mais destaque no sistema internacional. De acordo com o realismo ofensivo, as atitudes norte-americanas frente ao 11 de Setembro são consideradas, portanto, justificáveis e aceitas, pois em um cenário em que ações violentas são utilizadas como forma de protesto contra os valores ocidentais, a resposta deve vir da mesma forma, para demonstrar que a capacidade do país em defender a sua sobrevivência é semelhante ou, como comprovado, bem maior do que a do inimigo terrorista.

Afinal, essa é a lógica do sistema. Se um Estado não cuida de suas próprias fronteiras e não procura se destacar para além delas, está fadado a não sobreviver no sistema internacional. Outro Estado, entretanto, irá fazê-lo, independentemente dos meios que utilize para atingir tais fins.

5 CONCLUSÃO

Através do que foi exposto neste trabalho, pode-se perceber que o sistema internacional funciona por meio da influência das grandes potências. São elas que, mesmo em meio à anarquia explicitada pela escola tradicional realista, conduzem as relações entre os diversos atores do sistema, especialmente entre os Estados. Essa condução refere-se ao andamento não somente de suas políticas internas, mas principalmente de suas políticas externas, pois, como já foi dito anteriormente, são essas políticas que, influenciadas pelos acontecimentos mundiais, geram mudanças na atuação internacional, provocando, dessa forma, constantes adaptações de seus interesses nacionais para que sua segurança e, consequentemente, sua sobrevivência no sistema internacional estejam preservadas.

A política externa de um Estado tem um papel fundamental na definição de seus interesses nacionais. Os tomadores de decisão devem estar atentos ao formular essas políticas para que a atuação seja coerente com a dinâmica do sistema internacional.

Ao contrário de outras teorias das Relações Internacionais que tentam explicar o sistema internacional dizendo como ele deveria ser, como o idealismo, o realismo ofensivo, tenta explicar como o mundo realmente é, e que o comportamento agressivo de um Estado é justificável no cenário internacional.

Portanto, as atitudes tomadas pelos Estados Unidos após o 11 de Setembro com o intuito de ampliar sua segurança e preservar sua sobrevivência são inerentes a qualquer Estado que se sinta ameaçado por outro Estado ou ator, e são, de acordo com a teoria explorada neste trabalho, coerentes e aceitáveis.

Mesmo essa ideia sendo oposta à apresentação de algumas afirmações dos EUA após o 11 de Setembro como não confirmadas, a justificativa dada é que muitas vezes, para preservar seu território e sua população, mentiras são contadas, fatos são escondidos. Mesmo porque algumas estratégias dos Estados para sobreviver no sistema internacional não são abertamente mostradas para seus adversários. Deve-se ressaltar que o objetivo aqui não é justificar de forma positiva a guerra como a única forma de retaliação. Entende-se que a guerra deva ser a última arma a ser empregada. Entretanto, no caso dos Estados Unidos, sua segurança estava abalada e sua sobrevivência também. Atitudes para reverter essa situação foram tomadas imediatamente e, de acordo com a teoria utilizada neste trabalho,

esse comportamento agressivo deve ser empregado, uma vez que o comportamento igualmente agressivo do inimigo não foi utilizado para que este sobrevivesse e, sim, como visto, como uma forma de impedir a expansão dos valores ocidentais a todo o Oriente Médio baseado em crenças religiosas.

Os atentados de 11 de Setembro de 2001, acontecimento marcante da história das relações internacionais, modificaram o foco da política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio e culminaram com guerras e crises políticas. Percebe-se, dessa forma, que a política externa não é fixa. Ela muda conforme os acontecimentos mundiais, os temas que estão priorizados na agenda do Estado, e os tomadores de decisão.

Apresentando-se a política externa norte-americana desenvolvida durante e após a Guerra Fria, tentou-se atingir o principal objetivo deste trabalho que foi o de mostrar as mudanças nessa política empreendida para o Oriente Médio após o 11 de Setembro, além da ênfase dada ao Afeganistão e ao Iraque, países que se destacaram ainda mais após os atentados. Vale ressaltar mais uma vez que para entender como a política externa de um Estado é desenvolvida, é preciso realizar uma revisão de toda a história deste Estado, e principalmente dos princípios norteadores de sua política externa. Após a realização desta revisão, foi possível desenvolver uma análise acerca das atitudes empreendidas para o Oriente Médio após o 11 de Setembro, como por exemplo a estratégia da Guerra ao Terror, assim denominada pelo governo norte-americano e a maior e mais importante medida adotada para defender sua sobrevivência no sistema internacional.

Também tentou-se atingir ao longo do trabalho outros objetivos secundários, como a identificação dos principais aliados dos EUA no Oriente Médio, incluindo as diversas guerras travadas ao longo da Guerra Fria. Sabe-se que esses aliados foram significativamente importantes para os norte-americanos durante esse período da história mundial, com o intuito de evitar a expansão dos soviéticos e o prejuízo no fornecimento do recurso energético mais importante para os EUA: o petróleo.

Além disso, buscou-se mostrar como é a agenda norte-americana desenvolvida para o Oriente Médio, em que período essa região despertou o interesse econômico dos EUA e qual é o impacto dessa relação na economia norte-americana. Mostrou-se, por exemplo, que durante as crises do petróleo ocorridas após os anos 1950, o impacto na economia norte-americana significou um aumento no custo anual do país na compra do barril de petróleo. Devido a isso, os norte-americanos perceberam o

quão significativo é o Oriente Médio para eles, além da necessidade de se manter a estabilidade da região, pois a série de conflitos que ocorreram entre os diversos países que fazem parte do Oriente Médio colocaram em risco as estratégias norte-americanas desenvolvidas com o intuito de garantir o fornecimento de petróleo.

As mudanças feitas em termos de segurança nacional nos Estados Unidos após o 11 de Setembro também foram apresentadas no trabalho. Como o temor de novos ataques contra os EUA foi muito grande, as medidas para preservar seu território e sua população foram imediatamente adotadas pelos diversos setores do governo norte-americano.

Dessa forma, pode-se dizer que através dos objetivos propostos para este trabalho aliados à teoria do realismo ofensivo, conseguiu-se explicar o porquê das atitudes tomadas pelos Estados Unidos em sua política externa após os atentados do 11 de Setembro de 2001.

Considerados por Mearsheimer (2001) como a única potência regional da história contemporânea, os Estados Unidos nunca refletiram sobre a possibilidade de dominar a Europa ou o Nordeste da Ásia, devido, principalmente, àquela explanação de Mearsheimer sobre a dificuldade em um Estado projetar seu poder através de grandes massas de águas, as quais tornam essa dominação impossível. Além disso, uma potência regional como os EUA também se empenham para impedir que seus rivais alcancem a posição de hegemonia.

Pode-se concluir, portanto, que as intervenções norte-americanas no Oriente Médio após o 11 de Setembro podem ser justificadas para manter a posição de maior potência mundial e preservar a segurança do país dominando as reservas de petróleo, pois caso outra nação fosse capaz de dominá-las, como por exemplo a China, conseguiria fazer frente à hegemonia norte-americana, ameaçando abalar uma nação que há aproximadamente um século atingira a posição mais desejada no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

AITH, Márcio. 11 de setembro: Bush se reinventou após ataques. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 set. 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u45057.shtml>. Acesso em: 4 nov. 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Bases Conceituais de uma Política Externa Nacional. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende; SARAIVA, Miriam G. (Orgs.). *Brasil - União Europeia - América do Sul : Anos 2010-2020* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 228-243.

AYERBE, Luis Fernando. Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, jul/dez 2005, p. 331-368.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Dimensão Estratégica e Política Externa dos Estados Unidos.* In: III CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL - III CNPEPI, 2008: Rio de Janeiro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 9 – 39.

BBC NEWS WORLD. *Afghanistan plans gas pipeline.* Maio, 2002. Disponível em < http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/1984459.stm>. Acesso em 25 nov. 2012.

_____. *Al-Qaeda around the world*. Maio, 2011. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/news/world-13296443>. Acesso em 25 nov. 2012.

_____. *Who are the Taliban?.* Janeiro, 2012. Disponível em : < http://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-11451718>. Acesso em 25 nov. 2012.

BORTOLUCI, José Henrique. *Política externa Norte-Americana e o conflito Árabe-Israelense (1967-1982): Dinâmica e fatores determinantes*. 2005. 104 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, USP, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Regional. *Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF*. Brasília, 2009.

CANTALAPIEDRA, David Garcia. A Administração Bush e o futuro da política estratégica dos EUA da GWOT à Longa Guerra. *Relações Internacionais*, n. 19, setembro, 2008, p. 55 – 72.

CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise (1919-1939): uma introdução ao estudo das relações internacionais*. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora da UnB, 2001.

CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Tradução de Luiz Antônio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CORTINHAS, Juliano da Silva. Associação de variáveis sistêmicas e domésticas na análise das decisões de política externa. *Relações Internacionais no Mundo Atual,* Curitiba, a. 6, n. 6, 2006, p. 69-101.

COSTA, Priscila Borba da. O Destino Manifesto do Povo Estadunidense: Uma Análise dos Elementos Delineadores do Sentimento Religioso Voltado à Expansão Territorial. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. Maringá, 2011, p. 2267-2276.

CUNHA, Ciro Leal M. da. *Terrorismo internacional e política externa brasileira após o 11 de setembro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DEWES, Natália. *Análise de politica externa e processo decisório: o tomador de decisões e sua responsabilidade nas ações do Estado*. 2009. 80 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Centro Universitário La Salle, UNILASALLE, 2009.

DINIZ, Eugênio. Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade: Uma Discussão Teórica Realista. C*ontexto Internacional,* Rio de Janeiro, vol. 28, n. 2, jul/dez 2006, p. 505-565.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. A nova ordem mundial e o século XXI. In: *Conteúdo Básico de História*, 2010.

FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma Análise da Construção da Tradição*. Rio de Janeiro, 2010. 203p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Aureo de Toledo. Doutrina Bush: uma análise de política externa. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, a. 7, n. 7, 2007, p. 33-56.

GUIMARÃES, César. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. *Estudos Avançados*, São Paulo. v. 16, n. 46, 2002, p. 53-67.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HILL, Christopher. Foreign Policy in International Relations. In: _____. *The Changing Politics of Foreign Policy.* New York: Palgrave Macmillan, 2003.

HUDSON, Valerie M. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. *Foreign Policy Analysis,* n. 1, 2005, p. 1-30.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy.* New York: Simon and Schuster, 1994.

KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. *Américas*: *uma introdução histórica*. São Paulo: Atual Editora, 1999.

MARQUES, Guilherme Bez. Velhos e novos atores: as relações internacionais de vestfália ao século XXI. *Revista Ius Gentium: Teoria e Comércio no Direito Internacional*, n. 1, jul. 2008, p. 12-32.

MEARSHEIMER, John J. *Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. *The Tragedy of Great Power Politics.* W.W. Norton & Company. New York. London, 2001.

MESQUITA, Bruce Bueno. *Foreign Policy Analysis and Rational Choice Models.* New York University/ Standford University, 2009. Disponível em: <http://www.isacompss.com/info/samples/foreignpolicyanalysisandrationalchoicemodels_sample.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2012.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. *Teoria das relações internacionais*: *correntes e debates.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. *Oriente médio e a questão palestina*. São Paulo: Moderna, 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*: *continuidade ou mudança?*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2011.

_____. *Manual do candidato*: *política internacional.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. O ouro negro: petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. *Outros Tempos*, Maranhão, v. 5., n. 6, dez. 2008.

PILATI, Anselmo., PIRES, Ariel José. O conflito palestino-israelense e o Oriente Médio. Disponível em < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/710-4.pdf>. Acesso em 21 nov. 2012.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. *"Infiéis na Terra do Islão": os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *International Organization*, v. 42, n. 3, 1988, p. 427-460.

RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo? *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 5., n. 2, jul/dez. 2005.

SANTOS, Maurício Silva. *Divergências atuais no oriente médio: israelenses, palestinos e suas razões*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A Hegemonia dos Estados Unidos. In: OLIVEIRA, H. A. de.; LESSA, A. C. (Orgs.). *Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 31-44.

SATO, Paula. O que é o Talibã? Nova Escola, Maio, 2009. Disponível em < http://revistaescola.abril.com.br/geografia/fundamentos/taliba-470320.shtml>

SCHWARZ, M., SONION, K. A Theory of Brinkmanship, Conflicts, and Commitments. *Journal of Law, Economics, and Organization*. vol 24, n. 1., 2008. p. 163-183.

SEABRA, Rafael Heynemann. *George W. Bush e a coalizão conservadora: da política externa após os atentados de 11 de setembro de 2001 ao Patriot Act*. 157 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – Centro de Estudos Sociais Aplicados) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SHIMABUKURO, Alessandro. *A política de segurança dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria*. 2005. 190 f. Dissertação (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SUGAHARA, Thiago Yoshiaki Lopes. *Terrorismo e insegurança no mundo pós 11 de setembro*. 113 f. Dissertação (Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais - UNESP / UNICAMP / PUC-SP) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

TOFT, Peter. John J. Mearsheimer: an offensive realist between geopolitics and power. *Journal of International Relations and Development,* n. 8., 2005. p. 381-408.

U.S. CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES. *Bem-vindo aos Estados Unidos: guia para novos imigrantes*. Washington, DC, 2007.

WELLAUSEN, Saly da Silva. Terrorismo e os atentados de 11 de setembro. *Tempo Social*: *Revista Sociologia USP*, São Paulo, 14(2), out. 2002. p. 83-112.

WESSON, Robert G. *A nova política externa dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WHITE, Brian. Analysing Foreign Policy: Problems and Approaches. In: CLARKE, M.; _____. *Understading Foreign Policy: The Foreign Policy Systems Approach.* Michigan: Universidade de Michigan: E. Elgar, 1989.

XAVIER, Fernanda Ollé. Episódios da Guerra Fria: seu início, meio e fim. Diálogo e Interação, Paraná, v. 4, 2010. p. 1-11.